

SANIR DA CONCEIÇÃO

PRO E O PORTUGUÊS BRASILEIRO

Orientador: Prof. Dr. Carlos Mioto

Co-orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva

FLORIANÓPOLIS

Agosto de 1999

SANIR DA CONCEIÇÃO

PRO E O PORTUGUÊS BRASILEIRO

**Dissertação apresentada à Coordenação de
Pós-Graduação de Letras/Linguística da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Linguística.**

Orientador: Prof. Dr. Carlos Mioto

Co-orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva

FLORIANÓPOLIS

Agosto de 1999

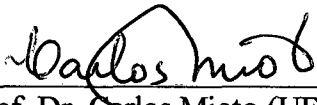
PRO E O PORTUGUÊS BRASILEIRO

Por

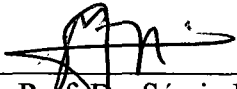
SANIR DA CONCEIÇÃO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística no Curso de Pós-Graduação Letras/Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina, pela Comissão formada por:

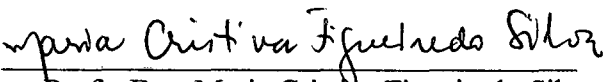
Presidente e Orientador:


Prof. Dr. Carlos Mioto (UFSC)

Membro:


Prof. Dr. Sérgio Menuzzi (PUC/RS)

Membro:


Profa. Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva
(UFSC)

Membro:


Profa. Dra. Roberta Pires de Oliveira (UFSC)

Florianópolis, 30 de agosto de 1999.

À minha família

AGRADECIMENTOS

A Deus por estar tão perto, ajudando-me a superar as dificuldades e pela alegria de todas as conquistas.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Miotto, por ter sugerido o tema de minha pesquisa, pelo constante incentivo e por toda confiança em mim depositada.

À Prof^ª Dr^ª Maria Cristina Figueiredo Silva, por orientar-me durante um ano, pelas observações valiosas, pelo incentivo e apoio.

Aos Prof^{es}. Dr^{es}. Jairo Nunes (UNICAMP) e Marilza de Oliveira (USP) por me fornecerem materiais importantes para a realização desta pesquisa.

Às minhas amigas Nildes, Sandra Mara, Sandra Kafka, Simone e Tatiana: sempre prontas a ajudar no que fosse necessário, além de tornarem a convivência acadêmica agradável.

À minha mãe, Evani, que me ensinou a lutar pelos meus ideais, pela confiança, estímulo, amor e paciência.

À minha irmã, Katiani, sempre pronta a ajudar; sua inteligência, apoio, incentivo, paciência foram muito importantes para minha formação.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação profissional.

A todas as pessoas que contribuíram e me incentivaram para a realização deste trabalho.

Ao CNPq e à CAPES, pelo apoio financeiro.

SUMÁRIO

Resumoi

Abstractii

Introdução01

Capítulo1: **O PROBLEMA**

1.1 Introdução03

1.2 Colocação do Problema03

1.3 *Pro*: Sujeito de Oração Infinitiva Pessoal06

1.4 Distribuição do Infinitivo Pessoal09

 1.4.1 Em Oração Sujeito09

 1.4.2 Em Oração Complemento11

 1.4.3 Em Oração Adjunto14

1.5 *PRO*: Sujeito de Oração infinitiva Impessoal16

 1.5.1 Em Nominalização16

 1.5.2 Em Oração Relativa16

 1.5.3 Em Oração Complemento17

 1.5.4 Em Oração Interrogativa Direta ou Indireta18

 1.5.5 Em Oração Imperativa18

1.6 *PRO*: Sujeito de Oração Adjunto19

 1.6.1 Em Oração Gerundiva19

 1.6.2 Em Small Clause20

1.7 Resumo.....21

Capítulo2: **QUADRO TEÓRICO**

2.1 Introdução23

2.2 A Categoria Vazia *PRO*23

2.3 *PRO* e a Teoria de Ligação25

2.3.1 PRO com Propriedades de Anáfora	27
2.3.2 PRO com Propriedades de Pronome	29
2.4 Distribuição de PRO	29
2.4.1 Teorema de PRO	31
2.4.2 A Teoria de Regência	32
2.4.3 PRO é Regido	34
2.5 Teoria do Controle	35
2.6 A Teoria de Controle e a Teoria de Ligação	38
2.7 PRO e a Teoria do Caso	41
2.7.1 Teoria do Caso	41
2.7.1.1 O Filtro do Caso	42
2.7.1.2 A Condição de Visibilidade	44
2.8 PRO e o Programa Minimalista	46
2.8.1 O Caso Nulo para PRO	46
2.8.2 A Checagem do Caso de PRO	47
2.9 A Análise de Sigurdsson (1991): PRO recebe Caso	49
2.10 Uniformidade de Caso de Burzio (1994)	53
2.11 Resumo.....	57

Capítulo 3: **PRO NO PB**

3.1 Introdução	59
3.2 A Concordância [+ Agr]	59
3.3 A Concordância [-Agr]	61
3.4 O Caso	64
3.5 Atribuição/ Checagem de Caso	65
3.6 A Estrutura da Oração com PRO	69
3.7 O Controle	73
3.8 PRO Arbitrário	78
3.9 Resumo	81

CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
----------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
----------------------------------	----

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar a categoria vazia PRO no Português Brasileiro. Chomsky (1986) postula que PRO ocorre na posição sujeito de orações infinitivas e gerundivas. Todavia, argumentamos, seguindo Baltin (1995), que PRO ocorre em outros contextos, como em Small Clause adjunto. Tendo como referencial o quadro da Teoria de Regência e Ligação (GB), desenvolvido a partir de Chomsky (1981, 1986), propomos que PRO seja um elemento controlado pelo sujeito da oração matriz. Além disso, argumentamos, seguindo Sigurdsson (1991), que PRO pode ocorrer em posição regida, mas não na posição que apresenta traços de concordância (Burzio, 1994).

ABSTRACT

The present dissertation aims to investigate the empty category PRO in Brazilian Portuguese. Chomsky (1986) claims that PRO occurs in the subject position of infinitive and gerundive sentences. However, we argue, following Baltin (1995), for the occurrence of PRO in other contexts, such as adjunct Small Clause. Having as referential the picture of the Government and Binding Theory (GB), developed by Chomsky (1981, 1986), we consider PRO to be a element controled by subjects in root contexts. Moreover, we argue, following Sigurdsson (1991), that PRO can occur in governed positions, but never in position that presents agreement features (Burzio, 1994).

INTRODUÇÃO

As categorias vazias constituem um dos aspectos mais fascinantes da linguagem humana. Chomsky (1981:55) afirma que as “propriedades [destas categorias] dificilmente podem ser determinadas indutivamente a partir de fenômenos visíveis observados, e portanto refletem presumivelmente recursos internos da mente”.

Neste trabalho, visamos observar a categoria vazia PRO que ocorre, segundo a GB clássica, em posições não regidas. PRO não pode ser regido porque violaria um dos dois princípios da Teoria da Ligação: o princípio A ou o princípio B, uma vez que ele apresenta características de anáfora e de pronome.

PRO então pode ocorrer na posição sujeito de oração infinitiva e de oração gerundiva, além de aparecer em posição sujeito de Small Clauses. Vejamos:

- (i) a. José deseja PRO viajar
- b. José saiu PRO correndo
- c. A Maria chegou PRO cansada

Pretendemos, aqui, analisar a posição sujeito destes tipos de orações. Todavia, em Português Brasileiro (doravante PB) encontramos as orações infinitivas pessoais. O infinitivo português apresenta duas particularidades: 1) pode ser pessoal, 2) pode receber flexão. A pessoalidade é a característica de a forma verbal poder exprimir um sujeito; a flexão é a propriedade de a mesma forma poder ter morfema de número e pessoa (Luz, 1993). Assim, podemos ter:

- (ii) É difícil eles dormire**m** tarde

A existência do infinitivo pessoal em PB faz com que PRO ocorra em contextos restritos.

Dividimos, o presente trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo, observamos os ambientes que PRO pode ocorrer em PB, dada a existência do infinitivo pessoal. Ele não pode, por exemplo, ser introduzido na oração por um complementizador que tenha realização fonológica. Além disso, a posição em que PRO ocorre não tem disponibilidade de Caso [+Agr], que é atribuído aos DPs lexicais. Estes ambientes permitem a categoria vazia *pro*.

O capítulo 2 mostra a análise padrão desenvolvida para PRO. Ele não pode receber Caso, porque não pode ser regido. Além disso, apresentamos o módulo que se ocupa da interpretação de PRO, que é a Teoria de Controle. Todavia, análises como a de Sigurdsson (1991) mostram que PRO apresenta características paralelas a *pro*, isto é, recebe Caso e pode ser regido. Mas, por outro lado, não é permitido nas posições em que temos DPs lexicais. Burzio (1994) assume que a característica de PRO é ocorrer em posições em que não há concordância.

No último capítulo, o terceiro, fizemos a análise de PRO nas orações em que ele é permitido no PB. Consideremos as questões mais relevantes, tais como: se PRO recebe/checa Caso, em que posição o Caso é recebido/checado; que Caso ele recebe; quais são os contextos em que ele é permitido. Postulamos que PRO é portanto regido. Além disso, propomos que PRO ocorre na posição em que não há concordância verbal. Esta posição apresenta traços de impessoalidade.

Destacamos também que PRO é controlado pelo sujeito da oração matriz (ou mais alta), por este ter concordância verbal, exceto quando temos orações gerundivas ou SC. Neste caso, PRO pode ser controlado pelo objeto da oração matriz. Por fim, assumimos que, em PB, temos PRO_{arb}, em contextos muito específicos. Todavia, PRO_{arb} é controlado por um elemento em LF. Esta categoria vazia perdeu a habilidade de ‘indeterminar’ uma oração. Cabe agora à partícula *se* esta função.

1

O PROBLEMA

1.1 Introdução

Neste capítulo, observaremos dados do PB em que temos a categoria vazia (*ec*) PRO. A presença deste elemento em nossa língua é mais restrita do que em outras línguas porque temos o infinitivo pessoal. Este autoriza, na posição sujeito da oração infinitiva, *pro*.

1.2 Colocação do Problema

No PB, assim como nas outras línguas de sujeito nulo, temos uma *ec* na posição sujeito de orações infinitivas que se chama PRO:

- (1) a. João quer PRO sair
- b. Il bambino vuole PRO mangiare la pappa
- ‘A criança quer PRO comer a papa’
- c. Juan quiere PRO hablar en la fiesta
- ‘João quer PRO falar na festa’

Este mesmo tipo de *ec* também é encontrada, no mesmo contexto, nas línguas que não admitem sujeito nulo, como o inglês, o alemão e o francês:

- (2) a. I tried PRO to go
 ‘Eu tentei PRO partir’
 b. Ich will PRO wohnen, wo du wohnts
 ‘Eu quero PRO morar onde tu moras’
 c. Jean veut PRO aller au cinéma
 ‘Jean quer PRO ir ao cinema’

Postulada como uma exigência do Princípio da Projeção/Critério Temático, esta *ec* apresenta propriedades diferentes daquelas da *ec* que ocorre na posição sujeito das orações finitas, chamada de *pro*. Enquanto PRO ocorre em todas as línguas, *pro* é parametrizado; apenas línguas como as do primeiro grupo toleram esta última categoria vazia.

As orações infinitivas em (1) e (2) apresentam algo em comum: a impossibilidade de um DP lexical na posição sujeito:

- (3) a. * João quer **Maria** sair
 b. * Il bambino vuole **Maria** mangiare la pappa
 c. * Juan quiere **Maria** hablar en la fiesta
 d. * I tried **Mary** to go
 e. * Ich will **Maria** wohnen, wo du wohnts
 f. * Jean veut **Marie** aller au cinéma

As orações em (3) são agramaticais devido à presença do DP em negrito. A presença de um DP lexical não é possível porque o verbo no infinitivo (sem flexão número-pessoal e modo-temporal adequadas) não o licencia.

Assim, o sujeito destas construções infinitivas não pode ter realização fonética. PRO é um elemento foneticamente nulo conhecido como anáfora pronominal. A ele são atribuídas as seguintes propriedades no modelo de GB clássico (Chomsky 1981, 1982):

- (i) Não é regido:
 (ii) Não recebe Caso:

(iii) Possui papel temático independente do antecedente.

O PB possui dois infinitivos: o infinitivo impessoal (aquele que aparece na maioria das línguas) e o infinitivo pessoal. Este último apresenta flexão número-pessoal. Assim, podemos ter:

(4) É importante — assinarem o documento

A posição sujeito vazia do infinitivo pessoal pode ser ocupada por um DP lexical. Consideremos:

(5) É importante eles assinarem o documento

Mas não podemos ter o correspondente em italiano ou inglês, por exemplo:

(6) * È importante loro firmare il documento

(7) * It is important they to sign the document

Como podemos perceber, a posição sujeito da oração infinitiva de (6) e (7) não pode ser ocupada por um DP lexical.¹ O que podemos ter em tal posição é o elemento PRO, que pode ocorrer nesta posição, porque de acordo com a teoria GB clássica, ela não é regida.²

No PB, a presença da concordância licencia o DP lexical em (5). Se um DP lexical é licenciado numa tal posição, temos de admitir que ele tem Caso e que, portanto, é regido. As propriedades desta posição são incompatíveis com PRO; são, por outro lado,

¹ Todavia, no italiano, podemos ter construções infinitivas em que a posição sujeito pode ser ocupada por um DP lexical:

(i) Ritengo [essere [loro in grado di pagare il riscatto]]

Segundo a análise de Rizzi (1982), em (i), temos o fenômeno Aux-to-Comp (o verbo auxiliar *essere* é movido para a posição C). Neste caso, *loro*, sujeito da oração infinitiva, recebe Caso nominativo, tornando a oração gramatical.

² Raposo (1992:360) diz que regência “é a relação local que se estabelece entre um núcleo X^o ..., o seu especificador (no caso de o ter), e os seus complementos, mas nenhuma das categorias que estes dominam, ou seja, é uma relação entre elementos contidos estritamente nas mesmas projeções máximas.”

compatíveis com *pro*. A *ec pro* tem os traços [-anáfora, +pronome] e apresenta as seguintes características:

- (i) é regida;
- (ii) recebe Caso;
- (iii) possui papel temático independente.

Concluimos, então, que em PB PRO é somente sujeito de infinitivo impessoal. A existência do infinitivo pessoal reduz o número de contextos em que PRO pode aparecer se os compararmos com os de outras línguas.

1.3 *Pro*: Sujeito de Oração Infinitiva Pessoal

Quanto à sintaxe do infinitivo pessoal, ela é mais parecida com a das orações finitas do que com a das orações infinitivas impessoais, pois pode apresentar um sujeito lexical:

(8) José convenceu a Ana de as crianças viajar(em)³

(9) A Maria convenceu a Joana (de) que o José é legal

³ É importante observarmos que as orações infinitivas encaixadas introduzidas pela preposição *de* permitem ou não a sua contração com o artigo *a, o*. Assim temos:

- (i) José autorizou a Maria de a Joana viajar sozinha
- (ii) José autorizou a Maria da Joana viajar sozinha

Em (i), temos a preposição *mais* o artigo, enquanto que em (ii) temos a contração da preposição com o artigo. Esta alternativa é possível devido à presença de PP com o IP complemento. Todavia, quando temos PP com um DP, como em (iii), abaixo, a contração é necessária; caso contrário, temos agramaticalidade, como mostra (iv):

- (iii) Ele falou da menina
- (iv) * Ele falou de a menina

A possibilidade de o artigo não ser fundido com a preposição pode ser reflexo de o Caso do DP ser nominativo e ser atribuído pelo infinitivo pessoal.

Com a oração infinitiva pessoal podemos ter um elemento lexical na posição sujeito, como em (8), sendo o morfema flexional realizado ou não. Em (9), na oração encaixada finita, temos o DP *o José* na posição sujeito. Mas também podemos ter uma *ec* tanto quanto na oração infinitiva. Observemos:

- (10) a. O Jorge convenceu a Ana_i de *pro*_i viajar
 b. O Jorge_i convenceu a Ana (de) que *pro*_i viajou
 c. O Jorge convenceu a Ana_i (de) que *pro*_i viajasse

Em (10a), temos na posição sujeito da oração encaixada uma *ec* que tem propriedades de *pro*, pois recebe Caso (não nos esqueçamos de que algumas pessoas no infinitivo pessoal têm marcas zero de pessoa e número). Em (10b), assim como em (10c), temos *pro*, porque naquela posição há um Caso disponível.⁴

Portanto, a oração (8) é estruturalmente semelhante à oração (9), por permitir um sujeito lexical ou *pro*. Porém, algumas diferenças são encontradas: a oração finita permite a co-referência do sujeito da oração encaixada com o sujeito matriz ou com o objeto encaixado. Vejamos:

- (11) a. O Jorge_i convenceu a Maria (de) que *pro*_i vigiou o Tiago na festa
 b. O Jorge convenceu a Maria_i (de) que *pro*_i vigiasse o Tiago na festa

Em (11a), a *ec* é co-referente com o sujeito da oração matriz, ao passo que em (11b) ela é co-referente com o objeto. Todavia, devemos observar que em (11a) o verbo da oração encaixada está no modo indicativo, sendo que a única interpretação da *ec* é ser co-referente com o sujeito. Já em (11b), o verbo encaixado, que está no subjuntivo, permite uma única interpretação para a *ec*: ser co-referente com o objeto.⁵

⁴ É importante observarmos que a oração infinitiva é obrigatoriamente introduzida por uma preposição, no caso o *de*, enquanto na oração finita o *de* não é obrigatório, mas o *que* sim.

⁵ Esta questão não parece ser tão simples como exposta. Vejamos:

(i) O Jorge convenceu a Maria_i de que —_i tinha sido aceita para trabalhar

Neste exemplo, temos a *ec*, sujeito de uma oração no modo indicativo, co-referente a *Maria*, que é objeto da oração matriz. Não podemos, assim, definir (11) pelo modo do verbo. Esta questão exige estudo mais aprofundado, o que não nos propomos a fazer neste trabalho.

Por sua vez, a oração infinitiva pessoal parece não permitir a co-referência entre sujeitos:

- (12) a. O Jorge convenceu a Ana_i a/de *pro*_i viajar
 b. * O Jorge_i convenceu a Ana a/de *pro*_i viajar

Assim, observamos diferenças entre a oração infinitiva e a oração finita na interpretação de *pro*. Em (11), *pro* pode ser co-referente com o sujeito da oração matriz (11a) ou com o objeto encaixado (11b). Já quando temos uma oração infinitiva, como (12), a única interpretação possível de *pro* é que ele seja co-referente com o objeto da matriz.

A oração (8), reescrita em (13), difere das orações infinitivas impessoais, em (14):

- (13) O Jorge convenceu a Ana de as crianças viajar(em)

- (14) a. Eles gostam de PRO fumar cachimbo
 b. * Eles gostam de Maria fumar cachimbo
 c. * Eles gostam de *pro* fumarem cachimbo

Em (13), a presença de um sujeito lexical é permitida, sendo o morfema flexional do verbo realizado ou não. Em (14), não é permitida a presença de sujeito lexical, como mostra (14b), ou de *pro*, como mostra (14c), porque o infinitivo não pode ser pessoal.

Também com relação à forma de “encaixamento” ambos tipos de orações infinitivas são incompatíveis com o complementizador *que* (veremos mais adiante). Por outro lado, orações impessoais são como orações desenvolvidas em que ambas podem ser introduzidas por elementos-WH:

- (15) a. Não sabíamos o que devíamos — fazer
 b. Não sabíamos o que — fazer
 c. * Não sabíamos o que — fazermos

Mas a oração infinitiva pessoal é semelhante à oração infinitiva impessoal, contrastando com as orações finitas, na medida em que ocorre em orações encaixadas e não como oração independente:

- (16) a. * Os meninos roubarem o cofre
 b. * Os homens entregarem o dinheiro falsificado para a polícia
- (17) a. * Os meninos roubar o cofre
 b. * Os homens entregar o dinheiro falsificado para a polícia
- (18) a. Os meninos roubaram o cofre
 b. Os homens entregaram o dinheiro falsificado para a polícia

1.4 Distribuição do Infinitivo Pessoal

1.4.1 Em Oração Sujeito

O infinitivo pessoal pode aparecer da seguinte forma, permitindo *pro*:

- (19) a. É importante eles limpar(em) a cidade hoje
 b. É importante *pro* limpar(em) a cidade hoje

Temos, em (19), o infinitivo em oração sujeito, sendo subcategorizado pelo adjetivo *importante*. Na posição sujeito podemos ter ou não um DP lexical.

Na oração sujeito também encontramos o infinitivo precedido por preposição:

- (20) É difícil de eles assinar(em) o contrato sem garantias
 b. É difícil de *pro* assinar(em) o contrato sem garantias

Todavia, podemos ter o infinitivo sem que a preposição seja explícita, como em (21):

- (21) a. É difícil eles assinar(em) o contrato sem garantias
 b. É difícil *pro* assinar(em) o contrato sem garantias

A posição sujeito da oração infinitiva que não tem um DP lexical pode ter uma interpretação genérica, quando não há um controlador. O elemento que ocupa esta posição é chamado PRO arbitrário. Vejamos em oração sujeito:

- (22) PRO_{arb} Ir na praia é agradável

No PB, assim como em italiano, abaixo, postula-se que temos PRO arbitrário:

- (23) PRO_{arb} Andare alla spiaggia è gradabile

Dizemos que em (22) e (23), na posição vazia, temos PRO arbitrário, já que esta *ec* pode ser interpretada em um sentido genérico, referindo-se a “qualquer pessoa”.

Entretanto, no PB, tal posição pode ser ocupada por um DP lexical pelo fato de termos o infinitivo pessoal, como mostra (24):

- (24) Eles irem na praia é agradável

Mas, na posição sujeito da oração infinitiva do italiano, em (23), não pode haver um DP lexical. Vejamos:

- (25) * Loro andare alla spiaggia è gradabile
 Eles ir(inf) na praia é agradável

Assim, em oração sujeito, no PB, possivelmente não existe PRO arbitrário, uma vez que a presença de um sujeito lexical é permitida, mostrando que tal posição é regida. O que podemos ter é *pro* arbitrário, dado que o infinitivo pode ter morfema flexional realizado ou não, licenciando um Caso para ele.

Observamos, adicionalmente, que a interpretação genérica é possível em infinitivas do PB, com a partícula *se*:

(26) É importante se votar no dia 3 de outubro

1.4.2 Em Oração Complemento

O infinitivo pessoal aparece como complemento de um nome, de um adjetivo ou de um verbo. Vejamos primeiramente como complemento de um nome:

- (27) a. A necessidade de os filhos trabalhar(em) irrita José⁶
 b. A necessidade de *pro* trabalhar(em) irrita José

Em (27), *necessidade* subcategoriza um complemento infinitivo. Na posição sujeito do infinitivo podemos ter um DP lexical ou *pro*.

Há orações que permitem o infinitivo pessoal, como (28), em que ele é complemento de um adjetivo:

- (28) a. Eles estão certos de os filhos comprar(em) um carro
 b. Eles estão certos de *pro* comprar(em) um carro

Vemos, em (27) e (28), que o infinitivo deve ser introduzido por uma preposição. Estaria ela relacionada à atribuição Casual?

Veremos, a seguir, que a preposição também está presente em orações infinitivas que são complementos de verbo. Consideremos:

⁶ A preposição *de*, no PB, não é um ECM (Marcador Excepcional de Caso). Logo, em (27a), o sujeito é licenciado pela concordância, mesmo que ela não seja realizada fonologicamente, como veremos mais adiante.

(29) A Ana aconselhou eles; de/a —_i sair(em) de casa⁷

Em (29), a posição sujeito da oração infinitiva é co-referente com objeto direto da oração matriz. Mas o sujeito do infinitivo pode ser livre, ou seja, não co-referente com nenhum elemento na oração matriz:

(30) a. O José aconselhou o Paulo de o Carlos fazer uma viagem

b. O José aconselhou o Paulo de as filhas fazerem uma viagem

As construções que têm verbos como *propor*, *permitir* possibilitam o infinitivo pessoal. Além disso, há co-referência do sujeito da oração infinitiva com o objeto indireto da oração matriz:

(31) a. O Jonas_i propôs para a Maria_{i/j} de —_{i/k/i+j/i+1} jantar fora

b. O Jonas_i propôs para a Maria_i de —_{i+j/i+j+k/i+k} jantarem fora

Com o morfema flexional realizado, em (31b), temos a interpretação: ‘O Jonas propôs para Maria de Jonas e Maria / Jonas, Maria e Romário / Maria e Romário jantarem fora’. Já (31a), sem o morfema flexional realizado, admite as seguintes interpretações: ‘O Jonas propôs para a Maria de Maria e Jonas / Maria, Jonas e Jurema / Maria e Jurema jantar fora’. Assim, percebemos que (31a) admite interpretarmos a *ec* como somente *Maria*, ao passo que (31b) não o permite.

Há também as construções em que o verbo da oração matriz atribui Caso acusativo para o argumento externo da oração encaixada. Estes verbos são chamados de ECMs. Os verbos de percepção são: *ver*, *olhar*, *sentir*, *escutar*, *ouvir*. Vejamos:

⁷ Convém ressaltar que a oração (29) ‘A Ana aconselhou eles; de *pro*_i sair(em) de casa’ também pode ser introduzida pela preposição *a*; porém, a presença desta preposição na oração infinitiva não permite que tenhamos o sujeito com referência livre. Vejamos:

(i) * A Joana aconselhou o Paulo ao Carlos fazer uma viagem

(ii) * ? A Joana aconselhou o Paulo às filhas fazerem uma viagem

- (32) a. A Marta viu os garotos tomar sorvete
 b. A Marta os viu tomar sorvete

Em (32a), os *garotos* é argumento externo da oração infinitiva encaixada, podendo receber Caso do verbo matriz. Em (32b), o clítico *os* corresponde ao argumento externo *os garotos* de (32a), recebendo claramente Caso acusativo do verbo matriz.

Quando, porém, o infinitivo tem morfema flexional realizado obtemos resultados diferentes com relação ao clítico e à atribuição Casual:

- (33) a. A Marta viu os garotos tomarem sorvete
 b. * ? A Marta os viu tomarem sorvete

Vemos que em (33b) o clítico não é permitido. Por quê? Há competição de Caso quando temos o infinitivo pessoal com morfema flexional realizado?

Além dos verbos de percepção também temos os verbos causativos que são ECM. São eles: *mandar, deixar, fazer*. Vejamos:

- (34) a. A Mara deixou as meninas dormir(em)
 b. A Mara as deixou dormir(*?em)

Como podemos perceber tanto em (33b) como em (34b) podemos ter dois atribuidores potenciais de Caso: o verbo matriz, que atribui acusativo, e [+Agr] da oração encaixada, que atribui o nominativo. Desta forma, temos agramaticalidade.

Todavia, que Caso recebem os argumentos externos das orações encaixadas de (32a) e (34a), se não temos Agr realizada fonologicamente? ⁸ Existe a possibilidade de os argumentos externos destas orações receberem o Caso acusativo, como em (32b)-(34b).

⁸ A preposição *para* também marca excepcionalmente o Caso oblíquo, como veremos na sessão de oração adjunto de finalidade.

1.4.3 Em Oração Adjunto

Também podemos encontrar o infinitivo pessoal em orações adjuntos, com *pro*, como em:

- (35) a. As crianças educadas pedem licença antes de *pro* entrar(em)
 b. As crianças educadas comem depois de *pro* lavar(em) as mãos

As orações de (35) são adjunto temporais introduzidas por *antes de* ou *depois de* com infinitivo.

Além disso, o infinitivo pode aparecer em orações finais, como em:

- (36) a. Os pais querem comprar um carro para eles trabalhar(em) longe
 b. Os pais querem comprar um carro para *pro* trabalhar(em) longe

As construções infinitivas que são introduzidas pela preposição *para* podem ter morfema flexional realizado ou não. Podem ter um sujeito lexical ou não, co-referente com o sujeito da oração matriz. Além disso, podem ter um sujeito independente em co-referência da oração matriz, como (37):

- (37) Os pais querem comprar um carro para os filhos trabalhar(em) longe

Estamos diante de dois possíveis atribuidores potenciais de Caso: o morfema flexional do verbo (da oração encaixada) e a preposição *para*. Vejamos mais atentamente esta questão observando (38):

- (38) a. Ele fez isso para **eu** sorrir
 b. Ele fez isso para **mim** sorrir

A questão é: que Caso é atribuído para a posição sujeito de (38a)? Em (38b), o Caso oblíquo pode ser atribuído para *mim* (que é um dos poucos elementos no PB que não perdeu o Caso morfológico).

O infinitivo pode estar também nas orações comparativas. Vejamos:

- (39) a. É mais fácil nós pedir(mos) esmolas do que nós trabalhar(mos)
 b. É mais fácil *pro* pedir(mos) esmolas do que *pro* trabalhar(mos)

Temos infinitivos em outras orações adjunto, como:

- (40) a. Eles são infelizes por *pro* ser(em) pobres

Em (40), o infinitivo pessoal ocorre em orações causais.

Nas orações concessivas o infinitivo também pode ser pessoal:

- (41) Eles são bons garotos apesar de *pro* ser(em) malandros

Diante dos dados observados, podemos fazer algumas generalizações sobre a *ec pro*, que ocupa a posição sujeito da oração infinitiva pessoal em PB. *Pro* aparece nos contextos em que há um Caso disponível, sendo ele atribuído por [+Agr] verbal.

Além disso, *pro* é possível quando a oração infinitiva é introduzida por um complementizador preposicional, em oração sujeito, complemento ou adjunto. Porém, nem sempre a presença de uma preposição possibilita um DP lexical ou *pro*. Vejamos:

- (42) a. * Eles não gostam de os garotos fumar(em)
 b. * Eles não gostam de *pro* fumarem

Por fim, *pro* pode ser co-referente com o sujeito, objeto, além de poder ter referência livre.

1.5 PRO: Sujeito de Oração Infinitiva Impessoal

O infinitivo impessoal pode ocorrer em alguns contextos, admitindo a presença de PRO. Todavia, o número de contextos é reduzido se comparado a outras línguas, como o italiano, espanhol, francês, inglês. Sendo assim, nestas línguas é mais comum termos PRO do que no PB, uma vez que aqui temos o infinitivo pessoal.

1.5.1 Em Nominalização

O infinitivo impessoal pode aparecer em nominalização como:

(43) [O PRO buscar de si mesmo] é fantástico

Em (43), o infinitivo tem propriedades de um nome. Na posição em que PRO ocorre não podemos ter um DP lexical. Vejamos:

(44) * [O Carlos buscar de si mesmo] é fantástico

1.5.2 Em Oração Relativa

O infinitivo impessoal ocorre em oração relativa, permitindo PRO como sujeito:

(45) a. Eles não têm nada que PRO vestir(*em)

b. Eles procuram alguém a quem PRO deixar(*em) as plantas

c. Eles trouxeram a faca com que PRO cortar(*em) o queijo

Em (45a), a oração relativa é um objeto direto; em (45b), um objeto indireto, enquanto que em (45c), ela é um adjunto. Na posição sujeito da oração relativa temos PRO. Tal posição não pode ser ocupada por um DP lexical, como mostra (46):

- (46) a. * Eles não têm nada que José vestir
 b. * Eu procuro alguém a quem Maria deixar as plantas
 c. * Eles trouxeram a faca com que João cortar o queijo

1.5.3 Em Oração Complemento

Na oração complemento em que o infinitivo é subcategorizado por verbos como o volitivo *preferir*, PRO também pode aparecer como sujeito do infinitivo. Vejamos:

- (47) a. Eles preferem PRO dormir cedo

Em (47) não é permitido que o infinitivo tenha morfema flexional realizado, nem que a posição sujeito seja ocupada por um DP lexical, como mostramos abaixo:

- (48) a. * Eles preferem PRO dormirem cedo
 b. * Eles preferem o menino dormir cedo

As construções que aceitam somente o infinitivo impessoal são subcategorizadas pelos verbos chamados de controle obrigatório. São alguns deles: *conseguir*, os conativos - *tentar* e *procurar*. Além desses, temos os verbos volitivos *querer*, *preferir* e *desejar*. Em tais construções, PRO é controlado pelo sujeito da oração matriz.

Existem construções em PB que apresentam a estrutura de controle, sendo o sujeito da oração matriz o controlador obrigatório, como em (49a), não permitindo o infinitivo pessoal. Mas estes verbos podem escolher realizar lexicalmente o sujeito da oração infinitiva, legitimado pela presença do infinitivo pessoal, como em (49b):

- (49) a. Eles curtiram — sair(*?em) de casa
 b. Eles curtiram a Maria sair de casa

Assim, uma questão fica sem resposta com relação a (49): que tipo de *ec* temos em (49a), dado que pode ser preenchida por um DP lexical, mas não permite o infinitivo com morfema flexional realizado?

1.5.4 Em Oração Interrogativa Direta ou Indireta

Em oração interrogativa direta ou indireta também podemos ter o infinitivo impessoal, isto é, é possível termos PRO:

- (50) a. Como PRO resolver(*em) este problema?
 b. Maria se pergunta como PRO enriquecer(*em) neste país

Em (50a-b), não podemos ter o infinitivo com morfema flexional realizado. A posição sujeito da oração interrogativa também não pode ser ocupada por um DP lexical, como mostra (51a-b):

- (51) a. * Como José resolver este problema?
 b. * Maria se pergunta como José enriquecer neste país

1.5.5 Em Oração Imperativa

Podemos ter PRO também em oração imperativa. Consideremos:

- (52) a. PRO Avançar!
 b. PRO Girar a manivela à esquerda

Em (52), não podemos ter o infinitivo pessoal, dado que a posição sujeito não pode ser ocupada por um DP lexical:

- (53) a. * José avançar!
 b. * *pro* avancarem!
 c. * Carlos girar a manivela à esquerda
 d. * *pro* girarem a manivela à esquerda

1.6 PRO: Sujeito de Oração Adjunto

Argumentamos, seguindo Baltin (1995), que PRO ocorre em outros contextos além da posição sujeito de oração infinitiva impessoal.

1.6.1 Em Oração Gerundiva

Consideremos:

- (54) a. João saiu PRO correndo
 b. Marcos entrou na sala PRO pulando

Em (54), PRO é sujeito de uma oração gerundiva, sendo que recebe papel temático de *correndo* e *pulando*, respectivamente. Em tal posição não podemos ter um DP lexical:

- (55) a. * João saiu Maria correndo
 b. * Marcos entrou na sala José pulando

Neste caso, dizemos que a posição sujeito da oração gerundiva não é regida, admitindo PRO.

No entanto, podemos ter um DP lexical antes de um gerúndio, como em:

- (56) a. O Jonas vendo a Maria, ele vai brigar com ela
 b. —_i Vendo a Maria, ele_i vai brigar com ela

Em (56a) *o Jonas* é o sujeito de *vendo*. Em (56b), a *ec* é co-referente com *ele*, sujeito da oração matriz. Neste caso, é admissível a presença de um DP lexical ou *pro* na posição sujeito da oração gerundiva. Logo, tal posição não é apropriada para alojar PRO.

Observamos também que algumas orações gerundivas podem ser introduzidas pela preposição *com*, como (57c), enquanto outras não, como (58c):

(57) a. O Jonas acordou PRO berrando

b. * O Jonas acordou a Maria berrando

c. O Jonas acordou com a Maria berrando

(58) a. O José vendo a Maria, ele vai brigar com ela

b. Vendo a Maria, o José vai brigar com ela

c. * Com o José vendo a Maria, ele vai brigar com ela

1.6.2 Em Small Clause

Podemos ter PRO também em SC. Vejamos:

(59) a. O Tiago saiu PRO feliz

b. O Mário trabalhou PRO cansado

Em (59), o adjetivo *feliz* e *cansado* selecionam um argumento, sendo ele PRO. Tal posição não pode ser ocupada por um DP lexical, como vemos em (60):

(60) a. * O Tiago saiu a Marta feliz

b. * O Mário trabalhou o José cansado

Mas argumentamos que PRO ocorre somente em SC adjunto, não podendo ocorrer, por exemplo, em SC complemento:

(61) * A Maria considera PRO infeliz

Dadas estas possibilidades, fazemos algumas generalizações sobre a *ec* PRO no PB. PRO ocorre na posição sujeito de oração infinitiva impessoal, em oração relativa, em oração interrogativa e oração adjunto: gerundiva e SC. Porém, ele não aparece na posição sujeito se a oração encaixada é introduzida por um complementizador que seja realizado fonologicamente.⁹ Assim, postulamos que PRO ocorre em posição sujeito de orações que são introduzidas por um complementizador ϕ (nulo), que não tem matriz fonológica, mas que ocupa o núcleo de CP, como veremos no Capítulo 3.

1.7 Resumo

Neste capítulo, observamos os ambientes em que é possível termos a *ec* PRO. Podemos ter PRO na posição sujeito de oração infinitiva impessoal:

(i) Eles preferem PRO dormir cedo

PRO também pode ser encontrado em nominalizações:

(ii) [O PRO buscar de si mesmo] é fantástico

Nas orações relativas PRO também aparece na posição sujeito. Vejamos:

(iii) a. Eles não têm nada que PRO vestir(*em)

c. Eles procuram alguém a quem PRO deixar(*em) as plantas

c. Eles trouxeram a faca com que PRO cortar(*em) o queijo

Em oração interrogativa direta ou indireta também podemos ter PRO:

⁹ Argumentamos que orações infinitivas como

(i) Eles gostam de PRO beber

são introduzidas por uma preposição e não por um complementizador preposicional.

- (iv) a. Como PRO resolver(*em) este problema?
 b. Maria se pergunta como PRO enriquecer(*em) neste país

Nas orações imperativas temos PRO:

- (v) a. PRO Avançar!
 b. PRO Girar a manivela à esquerda

PRO também pode aparecer na posição sujeito de orações adjunto. Observemos as orações gerundivas:

- (vi) a. João saiu PRO correndo
 b. Marcos entrou PRO pulando

No entanto, nem todas posições sujeito de oração gerundiva permitem PRO. Podemos ter um DP lexical antes de um gerúndio, como em:

- (vii) O Jonas vendo a Maria, ele vai brigar com ela

Nas SCs adjunto é possível termos PRO. Vejamos:

- (viii) a. O Tiago saiu PRO feliz
 b. O Mário trabalhou PRO cansado

Portanto, podemos concluir que PRO ocorre na posição sujeito de orações complemento ou adjunto quando esta posição não apresenta traços de pessoalidade, isto é, quando não podemos ter um DP lexical em tal posição. Quando a posição sujeito apresenta estes traços o que temos, na verdade, é *pro*. Logo, quando temos o infinitivo pessoal, PRO não aparece na posição sujeito. Ele fica restrito à posição sujeito de orações infinitivas impessoais, relativas, interrogativas, gerundivas (em alguns casos), SC adjunto e nominalizações.

QUADRO TEÓRICO

2.1 Introdução

Neste capítulo, observaremos como a *ec* PRO é analisada dentro da proposta de Chomsky (1981, 1986), Manzini (1983). Além disso, destacaremos algumas análises referentes a PRO, como a de Sigurdsson (1991), a de Burzio (1994).

2.2 A Categoria Vazia PRO

Consideremos:

(1) Critério Temático:

- (i) Cada argumento é atribuído a um e somente um papel temático.
- (ii) Cada papel temático é atribuído a um e somente um argumento. Haegeman (1991:63)

(2) Princípio de Projeção

“As configurações em que cada núcleo lexical ocorre, e que são determinadas pelas suas propriedades de atribuição temática, têm de ser refletidas em cada nível sintático (LF, estrutura-S, estrutura-D).” Lobato (1986:441)

(3) Princípio de Projeção Estendido

Todas as projeções I devem ter sujeito. (Haegeman, 1991:241)

Segundo o Critério Temático, cada argumento deve receber um papel temático e somente um. O Princípio de Projeção garante que as propriedades de marcação temática de cada item lexical sejam representadas em todos os níveis sintáticos. Além disso, o Princípio de Projeção Estendido (EPP) assume que temos a posição sujeito em todas as orações, até mesmo naquelas em que não existe um DP temático.

Haegeman (1991:239-40) apresenta um exemplo com o advérbio *together* (junto) para provar que o argumento de um predicado deve ser representado sintaticamente, mesmo que não seja lexical. Vejamos:

(4) a. * The investigation was abandoned together

A investigação foi abandonada juntos

b. To abandon the investigation together would be regrettable

Abandonar a investigação juntos seria lamentável

Together é um advérbio que apresenta traços de plural. A sua presença na oração (4a) faz com que ela seja agramatical, pois não há compatibilidade entre ele e outro elemento dentro da oração. Todavia, em (4b), a sua presença não interfere na gramaticalidade da oração. Isto acontece porque, provavelmente, o advérbio está relacionado a um DP com traços de plural em uma posição argumental, assim como em (5):

(5) The detectives left together

Os detetives partiram juntos

Em (5), *together* está relacionado a um DP com traços de plural (*the detectives*). A mesma coisa acontece com *together* em (4b). Ele está relacionado ao argumento externo de *to abandon*, que apresenta traços de plural. Assim, temos a seguinte configuração:

(6) PRO_i To abandon the investigation together_i would be regrettable

PRO_i abandonar a investigação juntos_i seria lamentável

A posição sujeito da oração infinitiva é ocupada por PRO. Sendo assim, PRO apresenta os traços sintáticos que as outras categorias pronunciadas têm; a única coisa que lhe falta é a matriz fonológica.

2.3 PRO e a Teoria de Ligação

A Teoria da Ligação clássica identifica três categorias argumentais relacionadas às propriedades referenciais: anáforas, pronomes e expressão-R. Estas categorias são caracterizadas através das propriedades primitivas [anáfora] e [pronome] (Chomsky, 1986). Assim temos:

- (7) a. [+a, -p] = anáforas
- b. [-a, +p] = pronomes
- c. [-a, -p] = expressão-R
- d. [+a, +p] = ---

Vejamos os princípios:

- (8) A. Um anafórico tem de estar ligado na sua categoria de regência (GC)¹⁰
- B. Um pronominal tem de estar livre na sua GC
- C. Uma expressão-R tem de estar sempre livre (Lobato, 1986:463)

¹⁰ Uma GC, segundo Chomsky (1981:211), supõe que:

(i) α é a GC para β se e somente se α é um XP mínimo que contém β , um regente de β e um SUJEITO acessível a α . (trad. livre)

Os elementos de (7a) obedecem ao Princípio A da Teoria da Ligação; os de (7b) ao Princípio B; logo, onde a anáfora aparece o pronome não deve ser permitido e vice-versa¹¹. Os elementos de (7c) obedecem ao Princípio C. A teoria proíbe a existência de um elemento com conteúdo fonético pertencente a categoria (7d). Este elemento teria que satisfazer tanto o Princípio A quanto o B.

O inventário de categorias vazias é paralelo ao inventário das categorias pronunciadas. Assim, as subdivisões encontradas em uma categoria pronunciada refletem na *ec* correspondente. As quatro categorias vazias correspondentes às categorias de (7) são:

- (9) a. [+a, -p] = vestígio de DP
- b. [-a, +p] = pro
- c. [-a, -p] = vestígio de WH
- d. [+a, +p] = PRO

Os vestígios de DP são anáforas obedecendo ao Princípio A. Os vestígios de WH comportam-se como expressão-R, obedecendo ao Princípio C. A *ec pro* é o elemento que encontramos na posição sujeito das línguas de sujeito nulo. Esta categoria, tal como sua contraparte fonética, apresenta duas possibilidades: os pronomes pessoais e os expletivos. A *ec PRO* caracteriza-se por uma combinação de propriedades anafóricas e pronominais.

¹¹ Todavia, percebe-se que as anáforas nem sempre estão em distribuição complementar com os pronomes. Vejamos:

- (i) [Eles]_i adoram [_{DP} os brinquedos [deles mesmos]_i]
- (ii) [Eles]_i adoram [_{DP} os brinquedos d[eles]_i]

Tanto a anáfora como o pronome estão ligados ao sujeito da oração *eles*. Mas, qual é a GC destas orações? Se a GC for a oração toda, (ii) deve ser agramatical, uma vez que o pronome está ligado na sua GC, violando assim o Princípio B. Se a GC for o DP encaixado, (i) será agramatical, violando o Princípio A. Chomsky (1986:167) postula que há um sujeito implícito dentro de DP. Logo, (i) exige que a GC seja toda a oração enquanto que (ii) permite que o DP seja a sua GC. Sendo assim, a GC de (i) é diferente da GC de (ii). Chomsky conclui que a presença do argumento implícito como sujeito é opcional. Assim, para (i) não temos um sujeito implícito, sendo a GC toda a oração. Por outro lado, em (ii) temos um sujeito implícito, sendo que a GC é definida a partir dele.

Logo, PRO comporta-se ora como anáfora ora como pronome (Chomsky, 1986).¹²

2.3.1 PRO com propriedades de Anáfora

Observemos as orações abaixo:

- (10) a. [_{IP} Jonas_i considera-se_i inteligente]
 b. * [_{IP} Jonas_i considera-se_j inteligente]
 c. [_{IP} Eles_i atiraram [um no outro]_i]]
 d. * [_{IP} Eles_i atiraram [um no outro]_j]]
 e. [_{IP} Jonas_i quer PRO_i viajar]
 f. * [_{IP} Jonas_j quer PRO_i viajar]

Em (10a) e (10c) temos anáforas, sendo uma do tipo reflexivo e a outra do tipo recíproco. Ambas obedecem ao Princípio A. A GC delas é o IP, pois neste domínio encontramos o regente, o regido e o SUJEITO acessível. Sendo assim, o *se* em (10a) está ligado a *Jonas*; em (10c) *um no outro* está ligado a *eles* que está na GC. Caso *se* e *um no outro* se refiram a outro elemento que não está na GC, a oração torna-se agramatical, como mostra (10b) e (10d) respectivamente.

¹² Hornstein (1998) apresenta uma visão diferente para a *ec* PRO. Ele assume que PRO é um resíduo do movimento. Em outras palavras significa que PRO é resultado do movimento assim como o *t*. Desta forma, temos para (ia), (ib):

(i) a. João quer dormir

b. [_{IP2} João [_{VP} João quer [_{IP1} João [_{VP} João dormir]]]]]

Em (ib), as posições temáticas para *João* são os Specs dos verbos *dormir* e *querer*. A derivação começa com *João* combinando com *dormir*, checando o papel temático do verbo. *João* sobe para [Spec, IP₁] para checar os traços-D de IP (que é EPP). Ele sobe novamente para [Spec, VP] de *querer*, onde checa o papel temático do verbo. Por fim, *João* sobe para [Spec, IP₂] para checar o Caso nominativo. Assim, na posição em que PRO aparece, temos, na verdade, cópias de um elemento que foram apagadas.

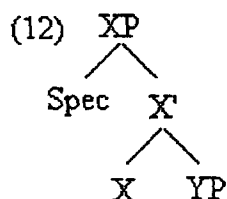
Na oração (10e), PRO é controlado por *Jonas*. Se ele fosse controlado por outro elemento fora da oração ela seria agramatical, como mostra (10f). Logo, PRO, em (10e), assim como a anáfora, não tem referência autônoma, isto é, a sua referência é fixada por antecedente. Em ambos os casos o antecedente controlador tem de c-comandar a anáfora/PRO. A noção de c-comando é assim definida:

(11) C-comando

Um nó A c-comanda um nó B sse:

- (i) A não domina B e B não domina A;
- (ii) O primeiro nó ramificado que domina A igualmente domina B. (Raposo, 1992:355)

Como ilustração de c-comando, consideremos a seguinte configuração:



De acordo com a definição de (11), em (12), XP domina Spec, X e YP, porque é o nó ramificante superior da árvore. O Spec c-comanda todas as categorias restantes, uma vez que o único nó ramificado que o domina (XP), domina todas as outras categorias. X c-comanda YP, já que os nós ramificados que dominam X (X' e XP) dominam YP. Todavia, X não c-comanda Spec porque há um nó ramificado que o domina (X'), mas que não domina Spec. A noção de c-comando então implica que dois nós irmãos se c-comandam mutuamente.

Vejamos então (13):

- (13) a. *Jonas_i confia [em si próprio]_i*
 b. *João_i quer PRO_i viajar*

Em (13a), a anáfora *si próprio* tem como antecedente o DP *Jonas*, sujeito da oração que o c-comanda. Em (13b), PRO é c-comandado pelo DP *João* que o controla.

2.3.2 PRO com propriedades de pronome

PRO assemelha-se aos pronomes podendo ser livre, como em:

- (14) a. Os rapazes_i garantiram que eles_{ij} venceram a corrida
 b. José_i disse que Ivo_j se pergunta como $\rightarrow_{ij/k}$ vencer a corrida

Em (14a), temos o pronome *eles* que obedece ao Princípio B. A sua GC é o IP da oração encaixada, pois nela encontramos o regente (que é INFL), o SUJEITO acessível que é Agr e o regido - *eles*. No domínio da GC, o pronome tem de estar livre não violando assim o Princípio B. Desta forma, *eles* pode ser co-referente com o sujeito da oração matriz *os rapazes* (que não está no domínio da GC) ou ter referência livre.

Em (14b), temos um PRO que pode ser co-referente com *Ivo*, mas que também pode ter uma referência livre, isto é, ele não precisa estar ligado a um elemento da oração, tendo referência arbitrária. Assim, PRO é semelhante a um pronome, pois não precisa ser interpretado a partir de um antecedente.

2.4 Distribuição de PRO

PRO é um elemento que deve ocorrer em posições muito específicas. Ele pode aparecer, por exemplo, na posição sujeito de oração infinitiva ou gerundiva:

- (15) Juca deseja [PRO dormir]

- (16) João saiu [PRO correndo]

Todavia, PRO não pode ocorrer na posição sujeito de Small Clause complemento:

- (17) a. * Carlos considera [PRO culpado]
 b. * Os agredidos querem [PRO na cadeia]

Em (17a) e (17b), não podemos ter PRO: nem PRO controlado nem PRO com referência arbitrária.

PRO também não pode aparecer em posição sujeito de oração finita, como em:

- (18) a. * PRO come banana
 b. * PRO viajou

Ele não ocorre em posição objeto:

- (19) a. * Jorge encontrou PRO
 b. * Carlos comprou PRO

A explicação tradicional dada para a distribuição de PRO é que ele não pode ocorrer em posição que tenha Caso disponível. Logo, ele não pode aparecer em posição sujeito de orações como (18) porque o Caso nominativo está disponível. Ele também não pode aparecer na posição objeto de orações como (19) porque o Caso acusativo está disponível. Mas a disponibilidade de Caso é uma condição que pesa sobre os DPs lexicais, como em (20), em inglês:

- (20) a. I like Bill
 Eu gosto de Bill
 b. * I like very much Bill (exemplo de Lasnik e Uriagereka, 1988:51)
 Eu gosto muito Bill

Em (20a), *Bill* recebe Caso acusativo de *like*. Mas em (20b) *Bill* não recebe Caso, tornando a oração agramatical. Para explicar a agramaticalidade de (20b), Stowell (1981), apud Lasnik e Uriagereka (1988:11), sugere que, no inglês, a atribuição de Caso está relacionada à adjacência.

Sendo assim, esperaríamos que fosse possível ter PRO na posição em que *Bill* está, em (20b), uma vez que não há Caso disponível. Mas isso não acontece:

(21) * I like very much PRO

Qual o problema de (21)? PRO está na posição em que não há possibilidade de atribuição de Caso. Percebemos, assim, que definir PRO em termos de atribuição casual é insuficiente. Pollock (1989), por sua vez, sugere que o verbo, no inglês, não se movimenta em sintaxe visível. Assim, (20) é agramatical não por causa do Caso e da adjacência, mas pelo fato de termos o movimento indevido do verbo.

2.4.1 Teorema de PRO

Chomsky (1981) argumenta que o fator crucial que determina a distribuição de PRO é a regência. A generalização relevante aparece em (22):

(22) PRO não pode ser regido

Segundo a Teoria de Ligação, PRO tem que satisfazer o Princípio A e o B, ou seja, ele deve ser ligado e livre simultaneamente em sua GC. Esta contradição pode ser resolvida somente se PRO não tem GC. A solução para esta contradição é conhecida como o Teorema de PRO. Vejamos:

(23) Jorge quer PRO vender o carro

Para que PRO não tenha categoria de regência, ele não pode satisfazer uma destas condições: ter um regente ou um sujeito acessível. O sujeito acessível é possível encontrarmos. Em (23), o sujeito acessível é *Jorge*, que está em [Spec, IP] ou [+Agr]. Porém, em IP não encontramos o regente de PRO.

Os regentes potenciais seriam os verbos *querer* e *vender*; porém, eles não têm capacidade de reger PRO, neste contexto. O verbo da oração matriz, *querer*, não rege PRO

porque há CP que impede a regência. Na oração encaixada, *vender* não apresenta [+Agr], elemento que pode reger a posição sujeito através do m-comando, como veremos adiante. Portanto, IP não pode ser a GC de PRO, em (23), porque PRO não tem um regente.

Sob a hipótese de que a marcação Casual exige regência, conclui-se que PRO não é marcado por Caso.

2.4.2 A Teoria de Regência

Chomsky (1981) define regência como:

(24) [$\beta \dots \gamma \dots \alpha \dots \gamma \dots$], onde

(i) $\alpha = X^0$

(ii) onde ϕ é a projeção máxima, se ϕ domina γ , então ϕ domina α .

(iii) α c-comanda γ . (Chomsky, 1981:165)

Em (i), α é uma classe composta por núcleos; (ii) impede a presença de uma projeção máxima entre o regente e o regido, sendo esta relação uma relação local; (iii) permite determinar a relação estrutural em si.

Além de N, V, A ou P serem regentes, o elemento Agr de INFL, que é nominal por apresentar traços de pessoa, gênero e número, tem uma relação muito restrita com a posição sujeito (relação de Spec/head agreement). Assim, dizemos que um DP recebe Caso nominativo sob regência de INFL [+Agr]; um DP recebe Caso acusativo sob regência de V; e um DP recebe Caso oblíquo sob regência de P (Raposo, 1992:353).

De acordo com Chomsky (1986), o conceito de regência, chamado de regência nuclear, é definido como:

(25) Regência Nuclear

A N-rege B sse:

(i) $A = \{N, V, A, P \text{ e } INFL [+Agr]\}$

(ii) A m-comanda B.

A alínea (i) restringe a classe das categorias regentes aos núcleos X^0 de acordo com a teoria X-barra, mas elimina as categorias funcionais C e INFL[-Agr] que, ainda que sejam categorias nucleares, não têm capacidade de reger.

Em (ii), temos a especificação da relação estrutural que deve existir entre a categoria regente e a categoria regida, nomeadamente a noção de m-comando. A relação de m-comando é semelhante à relação de c-comando, com uma diferença: onde a relação de c-comando menciona ‘nó ramificado’, a relação de m-comando menciona ‘projeção máxima’.

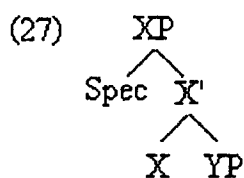
Consideremos a noção de m-comando:

(26) m-comando

Um nó A m-comanda um nó B sse:

- (i) A não domina B e B não domina A;
- (ii) A primeira projeção máxima que domina A domina igualmente B. (Raposo, 1992:355)

Ilustramos, abaixo, a estrutura (27) para mostrar as relações de m-comando entre os elementos:



Tomemos a categoria funcional X. X m-comanda Spec, uma vez que ele não domina Spec e Spec não o domina; além disso, o Spec é dominado pela projeção máxima que domina X, ou seja, XP. Como podemos perceber o m-comando é mais liberal que o c-comando, pois permite escapar ao domínio do primeiro nó ramificado e estabelecer relações no domínio da primeira projeção máxima.

Assim, chega-se à conclusão de que PRO, por não ser regido, não recebe Caso, uma vez que o Caso é atribuído sob regência.¹³ Raposo (1987) assume que PRO não é regido porque há entre ele e o verbo da oração matriz a categoria funcional CP. Sendo assim, CP impede que o verbo matriz reja PRO.

2.4.3 PRO é Regido

Outros autores, como Sigurdsson (1991), assumem que PRO é regido. No islandês, constata-se que há alçamento de verbos infinitivos assim como de verbos finitos. Vejamos:

- (28) a. María segir að þú lesir alltaf bókina
 Maria diz que você lê sempre o livro
 b. * María segir að þú alltaf lesir bókina
 c. María lofaði að lesa alltaf bókina
 Maria prometeu ler sempre o livro
 d. * María lofaði að alltaf lesa bókina

Em (28a), o verbo finito se move para INFL, passando pelo advérbio que está adjungido a VP.¹⁴ Se o verbo não se move, a oração é agramatical, como mostra (28b). O verbo no infinitivo também deve ser alçado obrigatoriamente. Como podemos ver em (28d), a ordem [Adv+V] não é permitida. Somente a ordem [V+Adv] é permitida, como em (28c). Logo, o infinitivo vai para uma posição em que pode reger PRO.

Sigurdsson diz que, no islandês, o INFL infinitivo é forte, pois o verbo sai de VP e vai para IP, assim como nos casos de INFL finito. Além disso, o infinitivo incorpora o núcleo [+V] e portanto é um regente, dada a hipótese padrão de que os núcleos verbais são regentes. Se assim, PRO é regido.

¹³ Chomsky e Lasnik (1995) assumem que a atribuição Casual acontece na relação Spec/head agreement. Segundo eles, os elementos se movem não para receber Caso, mas para checar seus traços.

¹⁴ O autor assume a hipótese de que o sujeito está dentro de VP, seguindo Ottósson (1989a) e Platzack e Holmberg (1989). Então, o verbo sobe para INFL e o sujeito vai para [Spec, Infin(infinitivo)].

Todavia, uma questão aparece, dado que PRO é marcado por Caso e regido: por que a posição sujeito do infinitivo não pode ser lexicalizada? O autor argumenta que PRO não é propriamente regido enquanto que os DPs lexicais o são.

O autor faz a generalização:

(29) ECP: um vestígio deve ser regido por antecedente

PHGC¹⁵: *pro* e os DPs lexicais em posição argumental devem ser propriamente regidos por núcleo.

Estas são as condições que licenciam um DP lexical. PRO é diferente dos elementos lexicais que ocupam a posição argumental porque ele não é regido por antecedente nem regido propriamente por núcleo. Assim, PRO ocorre somente em posições em que não há nenhum desses dois tipos de regência própria.

A regência própria por núcleo é definida como segue:

(30) α rege propriamente por núcleo sse α rege localmente β , $\alpha = \text{INFL}/+\text{Agr}$ ou um núcleo lexical capaz de atribuir Caso ou papel temático

Assim, a regência por núcleo tem uma relação local com o elemento regido. Logo, as únicas posições argumentais que podem ser lexicalizadas, no islandês, são aquelas que são regidas propriamente por INFL/+Agr ou por um núcleo lexical que é atribuidor de papel temático.

2.5 Teoria do Controle

Chomsky (1981) postula que há um módulo na gramática que determina o antecedente de PRO. A Teoria de Ligação não pode determinar o antecedente de PRO uma vez que PRO tem os traços[+ anáfora] e [+ pronome], colocando em contradição os Princípios A e B. Assim, a teoria que determina o antecedente de PRO é Teoria de

¹⁵ PHGC quer dizer Condição de Regência Própria por Núcleo.

Controle. Este módulo se ocupa da interpretação de PRO referente à presença/ausência de controlador e à função gramatical deste na oração.

Segundo Bresnan (1982:372), apud Haegeman (1991:245), “o termo controle é usado para se referir à relação de dependência referencial entre um sujeito não-expresso (o elemento controlado) e um constituinte expresso ou não-expresso (o controlador). As propriedades referenciais do elemento controlado... são determinadas pelas do controlador” (trad. livre).

Haegeman (1991) assume que há dois tipos de controle que devem ser distinguidos: o controle obrigatório (OC) e o controle não obrigatório (NOC). Vejamos:

- (31) a. John asked [how PRO to behave oneself/himself]
 b. John tried [PRO to behave himself/*oneself]

Em (31a), PRO pode ser controlado por *John*, mas também pode ter uma interpretação arbitrária, uma vez que PRO pode estar ligado a *himself* ou a *oneself*. Já em (31b), PRO é obrigatoriamente controlado por *John*, dado que ele não pode ser ligado a *oneself*.

Além disso, observa-se que PRO pode ser controlado ou pelo sujeito ou pelo objeto. Vejamos:

- (32) a. Poirot_i decided finally [PRO_i to go on his/*one's own]
 b. Poirot_i ordered Miss Marple_j [PRO_j to go on her/*his/*one's own]

A autora observa que a noção de antecedente, na teoria do Controle, se define em termos de c-comando, no caso de OC:

- (33) a. [A irmã de João]_i tentou PRO_i comportar-se_i na festa
 b. * A irmã de João_i tentou PRO_i comportar-se_i na festa

Quando temos OC PRO, o antecedente deve c-comandar PRO. Sendo assim, em (33b), *João* não pode controlar PRO, uma vez que não o c-comanda.

No caso de NOC PRO, Haegeman observa que PRO não precisa ser controlado por nenhum elemento da oração, adquirindo uma leitura arbitrária; mas, pode ter um referente específico, estabelecido pelo contexto:

- (34) a. PRO not behave myself/himself/oneself would be wrong
 b. PRO to behave myself would be my pleasure

Em (34a), PRO não é controlado por nenhum elemento explícito da oração. Mas em (34b), PRO é controlado pelo especificador *my* do DP *my pleasure*. Todavia, *my* não c-comanda PRO. Williams (1980), apud Haegeman (1991), argumenta que o c-comando distingue o OC do NOC.

Chomsky e Lasnik (1995:36) assumem que PRO sempre é controlado, seja por um argumento explícito ou implícito. Neste quadro encaixa-se também PRO arbitrário. Vejamos:

- (35) a. It is common [*ec* to hurt oneself]
 b. It is convenient **for us** [for others to do the hard work]

Segundo os autores, a *ec* de (35a) é controlada por um argumento implícito. A posição que ela ocupa pode ser preenchida por *for us*, por exemplo, como em (35b). Epstein (1984) assume que PRO arbitrário, em LF, é identificado como uma variável ligada a um quantificador universal, que é *pro*. Dentro desta perspectiva, PRO arbitrário deve ser identificado como PRO controlado.

Quanto à natureza do controlador de PRO, Haegeman (1991) assume que um expletivo, como *there*, não pode controlar PRO:

- (36) a. * There occurred three more accidents without PRO being any medical help available on the premises
 b. There occurred three more accidents without there being any medical help available on the premises

Não é permitida a presença de PRO, em posição sujeito de oração gerundiva, se ele for controlado pelo expletivo, como mostra (36a). PRO deve ser controlado por um argumento que tenha matriz semântica. Assim, postula-se que expletivos como *there* e *it* não controlam PRO.

Entretanto, Chomsky (1981) argumenta, mostrando (37):

(37) It someones rains after PRO snowing

Às vezes expl. chove depois de PRO nevar

O controlador de PRO é *it*. *It* é um argumento sem matriz semântica; como pode então controlar PRO?

Chomsky propõe que temos três tipos de argumentos: os argumentos verdadeiros, os quasi-argumentos e os não-argumentos. Estes últimos não recebem papel temático (aqui se enquadram os expletivos como *there* e *it*, do inglês, e *pro* expletivo nas línguas pro-drop). *It* pode ser cada um deles. Vejamos:

(38) a. It is on the table

Isto está sobre a mesa

b. It is raining

expl Está chovendo

c. It seems that John is here

expl. Parece que John está aqui

Em (38a), *it* é um argumento verdadeiro; em (38b), ele é um quasi-argumento e em (38c), é um não-argumento. Segundo Chomsky, somente este último tipo não pode ser o controlador de PRO.

2.6 A Teoria de Controle e a Teoria de Ligação

A interpretação e a distribuição de OC PRO são similares às das anáforas, isto é, eles precisam de um antecedente local e de um antecedente que os c-comande. Sendo

assim, parece-nos, num primeiro momento, que a sub-teoria que se ocupa da referencialidade de PRO seja similar ao Princípio A da Teoria da Ligação.

Logo, dizemos que podemos ter as anáforas nas posições similares em que PRO ocorre. Por exemplo, uma anáfora na posição sujeito de uma oração infinitiva pode ser ligada ao sujeito matriz, (39), assim como PRO em (40)¹⁶:

(39) Jonh_i believes [himself_i to be clever]¹⁷

John acredita ele mesmo ser inteligente

(40) John_i tries [PRO_i to be clever]

John tenta PRO ser inteligente

Eles são impossíveis como sujeitos de oração finita. Vejamos:

(41) * John_i believes himself_i is clever

John acredita ele mesmo é inteligente

(42) * John_i tries PRO_i will attend class

John tenta PRO frequentará a classe

Porém, há diferenças na distribuição de PRO e das anáforas. Por exemplo, a posição objeto pode ser ocupada por uma anáfora, mas não por PRO:

(43) João feriu-se

(44) * João feriu PRO

Além disso, percebemos que os contextos possíveis para as anáforas são impossíveis para PRO e vice-versa, como vemos em (45), contrastando com (39) e (40):

¹⁶ Os exemplos (39-42) são de Chomsky e Lasnik (1995:107)

¹⁷ Em inglês, *believe* (acreditar) é um ECM.

- (45) a. * John believes PRO to be clever
 John acredita PRO ser inteligente
- b. * John tries himself to be clever
 John tenta ele mesmo ser inteligente

Existem evidências, no inglês, que mostram que a anáfora pode escolher um antecedente na posição sujeito ou na posição objeto. Já o controlador de PRO pode ser somente o c-comandante mais próximo. Vejamos¹⁸:

- (46) a. John told Mary about herself
 John falou para Mary sobre ela mesma
- b. John told Mary about himself
 John falou para Mary sobre ele mesmo
- c. João disse que Maria_i tentou PRO_i vencer a corrida
- d. * João_i disse que Maria tentou PRO_i vencer a corrida

Logo, não podemos analisar PRO simplesmente como anáfora e determinar sua distribuição e interpretação via Princípio A. Martin (1996) diz que a localidade de PRO é expressa pelo Princípio de Distância Mínima, seguindo Rosenbaum (1967,1970). Sua versão enuncia:

(47) Princípio de Distância Mínima (MDP)

PRO é controlado pelo DP referencial mais próximo que o c-comanda
 (Martin: 1996:121)

Como vimos, a Teoria de Ligação não consegue determinar a atribuição de índices referenciais a PRO, por ele ser anafórico e pronominal. Este paradoxo pode ser solucionado com a Teoria de Controle. O controle especifica um argumento para controlar PRO. Logo, em (46c-d), o controlador de PRO pode ser somente o DP que o c-comanda. Já a ligação não apresenta as restrições do controle, uma vez que podemos ter uma anáfora

¹⁸ Os exemplos (46a-b) são de Martin (1996:120).

ligada ao sujeito ou ao objeto da oração (pelo menos, em inglês). Assim, há uma opcionalidade quanto à escolha do ligador que não existe para o controlador.

Todavia, alguns autores não concordam com a Teoria do Controle por ela ser pouco econômica, no sentido de se aplicar apenas a um item específico - PRO. Sendo assim, alguns autores, como Manzini (1983) e Koster (1984), assumem que a Teoria de Controle é redutível à Teoria de Ligação, desde que hajam algumas reformulações nela.

2.7 PRO e a Teoria do Caso

Chomsky (1986:104) postula que PRO tem um Caso inerente, atribuído juntamente com o papel temático. Já Chomsky e Lasnik (1995) postulam que PRO tem um Caso nulo. PRO precisa de Caso devido ao Princípio de Visibilidade. Além disso, estes autores assumem que PRO sempre será controlado (mesmo PRO arbitrário), seguindo Epstein (1984), como vimos acima. Assim, PRO sempre será ligado a um elemento seja ele explícito ou implícito.

2.7.1 A Teoria do Caso

Há línguas que apresentam um sistema de Casos morfológicos expressos em DPs. Estes Casos têm como objetivo identificar a função gramatical e/ou semântica dos DPs. Em latim, por exemplo, o sujeito de uma oração finita possui marcas Casuais de nominativo; o objeto direto tem marcas Casuais de acusativo, etc.

Chomsky (1980), apud Raposo (1992), propõe que a marcação Casual dos DPs é um fenômeno universal, e não apenas uma propriedade das línguas que possuem marcas Casuais morfológicas. Para Chomsky, a marcação Casual é um fenômeno essencialmente sintático. Os DPs recebem o Caso abstrato na sintaxe, o qual pode ou não manifestar-se morfológicamente. Assim, a diferença entre uma língua com Caso morfológico (como o latim) e uma língua com Caso não-morfológico (como no PB) está na realização morfológica vs não realização morfológica do Caso atribuído aos DPs.

Temos, abaixo, duas noções de Caso a serem diferenciadas. A primeira delas foi proposta por Vergnaud (1980), em que há um filtro de Caso que é um primitivo na teoria gramatical. Segundo esta proposta, todo DP lexical deve ter Caso.

A outra noção de Caso origina-se de Aoun (1979). Esta diz que todo DP deve ser marcado por Caso para que a marcação temática seja visível em LF. Estas duas visões têm sido consideradas incompatíveis (Ver Burzio, 1994).

2.7.1.1 O Filtro do Caso

Cada Caso é determinado pela presença de um atribuidor e de um DP que recebe esse Caso. Assim, o Caso nominativo manifesta-se em um DP na posição sujeito no contexto de uma flexão [+Agr]; o Caso acusativo manifesta-se em um DP no contexto de um verbo transitivo e o Caso oblíquo manifesta-se em um DP no contexto de uma preposição.

A Teoria do Caso contém um princípio que exige que todos os DPs realizados fonologicamente manifestem um Caso abstrato. A esta formulação do princípio chamamos 'Filtro do Caso':

(48) Filtro do Caso

* DP com uma matriz fonológica e sem Caso (Raposo, 1992:351)

O Filtro do Caso então afirma explicitamente que um DP realizado fonologicamente mas sem Caso é excluído pela gramática.

Como vimos acima, o Caso é necessário para que um DP se realize fonologicamente. Se um DP não manifestar Caso, as regras da fonologia não derivam uma representação fonética para ele (Raposo, 1992). Daí que o Filtro seja restrito aos DPs com uma matriz fonológica, não tendo, segundo este conceito, qualquer efeito sobre os DPs fonologicamente nulos. Então vejamos:

(49) * *pro* Parece José estar aqui

Em (49), o DP *José* não tem Caso. Ele não recebe Caso de *parecer* porque este é um inacusativo e não recebe Caso de *esta* porque ele é um infinitivo impessoal (apresenta [-Agr]).

Todavia, as construções que envolvem o movimento-WH também são agramaticais se o DP movido não recebe Caso antes do movimento. Vejamos:

- (50) a. * Quem José quer [t ver o filme]?
 b. Quem José quer [que [t veja o filme]]?

Em (50a), o elemento WH *quem* estava em uma posição sem Caso e foi para [Spec, CP], onde não há um Caso disponível. Logo, a oração é agramatical porque o vestígio (t) não recebeu Caso e portanto a cadeia que possui um DP fonologicamente realizado não tem Caso. Já em (50b), o elemento WH *quem* estava em uma posição Casual, indo então para [Spec, CP]. A oração é gramatical porque t recebeu Caso e assim a cadeia dispõe de um Caso.

Estes dados mostram que os vestígios do movimento-WH ocorrem necessariamente em uma posição Casual. Logo, eles devem ser marcados por Caso assim como os DPs lexicais. Esta conclusão faz com que Chomsky (1981:69), apud Raposo (1992), proponha a seguinte generalização:

- (51) Um vestígio é uma variável sse recebe Caso

Para incorporar (51), o Filtro do Caso tem que ser reformulado através de uma disjunção:

- (52) Filtro do Caso

- * [DP α] se DP não tem Caso e
 - (i) α tem uma matriz fonológica, ou
 - (ii) α é uma variável

A formulação disjunta do Filtro do Caso de (52) não é satisfatória, uma vez que não apresenta uma generalização que sirva de base para uma explicação unificada dos fenômenos da atribuição Casual.

2.7.1.2 Condição de Visibilidade

Chomsky (1986), com base na proposta de Aoun (1979), apresenta uma visão alternativa do Filtro do Caso. Observou-se que há um ponto de contato entre as variáveis e os DPs lexicais (com exceção dos expletivos em inglês) que pode servir de base para a formulação unificada do Filtro do Caso: as variáveis, assim como os DPs, são elementos argumentais que têm papel temático. Com base nesta idéia, Chomsky desenvolve uma proposta na qual a Teoria do Caso está relacionada à Teoria Temática.

Segundo esta proposta, os DPs recebem Caso para serem visíveis para a marcação temática em LF. Esta formulação da Teoria do Caso recebe o nome de Condição de Visibilidade. A Condição de Visibilidade é definida da seguinte maneira:

(53) Uma cadeia¹⁹ é marcada por Caso se ela contém exatamente uma posição marcada por Caso; uma posição em uma cadeia marcada por Caso é visível para a marcação temática. (Chomsky, 1986:135)

Ela pode ser reformulada em:

(54) Uma cadeia tem, no máximo, uma posição temática; uma posição temática é visível em sua cadeia máxima. (Chomsky, 1986:135)

A condição (54) implica que um argumento sem Caso em LF não é visível para a atribuição de um papel temático, não podendo, portanto, satisfazer o Critério Temático.

¹⁹ Estas definições, adaptadas de Chomsky (1986:135 e sgs.), são aí formuladas em termos de noção de CADEIA, e não de cadeia. No entanto, damos as definições em termos de cadeia, dado o desenvolvimento proposto por Chomsky na segunda parte da obra.

Dois novos problemas aparecem com a Condição de Visibilidade. O primeiro problema envolve a distribuição dos expletivos. Os expletivos, assim como os argumentos lexicais, devem receber Caso²⁰:

(55) * I tried [there to be a man here]

Eu tentei [expl. estar um homem aqui]

A Condição de Visibilidade não prediz a agramaticalidade de (55). Como *there* não é um argumento, ele não precisa ser visível para a marcação temática; todavia a oração é agramatical. As explicações dadas para esta questão são muitas. Uma delas é que a visibilidade impõe uma exigência, não para *there*, mas para *a man*. Como o último DP é um argumento, ele deve ser visível para a marcação temática e a visibilidade deve ser satisfeita via marcação Casual do expletivo associado.²¹

O segundo problema, que examinaremos com mais detalhes, envolve o contraste entre (56) e (57):

(56) * Eu tentei [José_i estar t_i aqui]

(57) Eu tentei [PRO_i estar t_i aqui]

Em (56), o DP realizado fonologicamente, *José*, não recebe Caso (nem de *tentar*, pois este não é um ECM, nem de *estar* que tem [-Agr]). Logo, a cadeia [José, t] não tem uma posição marcada por Caso, não sendo possível a marcação temática em LF. Mas em (57), PRO também não recebe Caso, mesmo formando uma cadeia. Então, de acordo com a Condição de Visibilidade, (57), assim como (56), constituiria uma violação do Critério Temático em LF. Porém, (57) é aceitável.

²⁰ Os exemplos (55), (56) e (57), os dois últimos traduzidos para o PB, são de Lasnik (1992).

²¹ Para mais detalhes sobre expletivo e atribuição Casual, ver Lasnik (1992).

2.8 PRO e o Programa Minimalista

2.8.1 O Caso nulo para PRO

A Condição de Visibilidade, como em (54), apresenta problemas quanto à análise de (58) abaixo, porque exclui, por exemplo, PRO em posição não regida:

- (58) [PRO_i to be visited t_i by werewolves] (would frighten)²²
 [PRO ser visitado t por lobisomens] (amedrontaria)

A cadeia [PRO, t] deve ser vista como legítima, uma vez que orações infinitivas como (58) são aceitáveis. No entanto, assume-se que PRO não tem Caso, dado que na posição em que está (e estava) não há um Caso disponível. Para legitimar [PRO, t] como uma Cadeia, uma nova definição de Condição de Visibilidade é proposta:

- (59) Uma cadeia é visível para a marcação temática se ela contém uma posição de Caso (necessariamente, sua cabeça) ou ela é encabeçada por PRO. (Chomsky e Lasnik, 1995:116)

Mas este princípio é pouco restritivo, como qualquer um que seja elaborado em termos de disjunção. Além disso, o princípio permite uma cadeia em que PRO se move de uma posição marcada por Caso para uma posição sem Caso. Vejamos:

- (60) a. * [PRO_i to strike t_i that John is unpopular]
 [PRO impressionar t que John é impopular]
 b. It strikes me that John is unpopular
 Expl. Impressiona-me que John é impopular

²² Os exemplos (58) e (60) são de Baltin (1995), assim como a argumentação apresentada.

(60a), conforme (59), deveria ser gramatical, uma vez que PRO encabeça a Cadeia. Além disso, a sequência [PRO, t], deveria ser legitimada em LF, dada a hipótese de que PRO se move para uma posição não marcada por Caso para satisfazer a exigência de que ele não seja regido. Porém, a legitimação não acontece.

Logo, constata-se que PRO, assim como os DPs, é forçado a se mover de uma posição sem Caso; porém, ele não pode se mover de uma posição com Caso. Assim, todos os elementos se movem somente em *Last Resort*.

Para eliminar a disjunção em (59) e casos como (60a), Chomsky e Lasnik (1995:119) propõem que PRO receba Caso. O Caso, porém, é um Caso nulo, distinto dos Casos nominativo, acusativo, etc. Portanto, a disjunção de (59) pode ser eliminada em favor de (61):

(61) Uma cadeia é visível para a marcação temática se ela contém uma posição de Caso - necessariamente sua cabeça, por *Last Resort*. (Chomsky e Lasnik, 1995:119)

2.8.2 A Checagem do Caso de PRO

Onde o caso nulo de PRO é atribuído ou checado? Relembremos que o Caso nominativo é checado em [Spec, IP], onde I apresenta traços de tempo e concordância (T e Agr). Então, temos a realização da relação Spec/head, com I, núcleo de IP. Assim, é natural assumirmos que o Caso nulo seja a realização da mesma relação. Entretanto, faltam os traços de T e Agr.

Chomsky e Lasnik propõem que o T não-finito checa Caso nulo, que é distinto dos outros Casos estruturais, tais como nominativo, acusativo e dativo. Além disso, eles sugerem que PRO é o único DP compatível com o Caso nulo. Estas hipóteses são listadas em (62):

(62) a. T não-finito checa Caso nulo

b. Somente PRO tem Caso nulo (Martin, 1996:46)

Em outras palavras, PRO é incompatível com outros Casos, isto é, com o nominativo, acusativo e dativo. (62) restringe significativamente as possíveis posições em que PRO pode ocorrer. Logo, PRO checa seu Caso nulo com *to* (na oração infinitiva) ou com *ing* (na oração gerundiva), em inglês. Vejamos:

(63) PRO *to* VP (*to be sick*)

(64) PRO *Ing* VP (*being sick*)

Baltin (1995) apresenta argumentos para mostrar que PRO ocorre na posição sujeito de VP infinitivo (hipótese de sujeito interno a VP), recebendo Caso lá. Ao contrário de Chomsky e Lasnik (1995), que dizem que PRO recebe Caso nos ambientes *to* ou *ing*, o autor assume que PRO pode ser marcado por Caso ou checá-lo na posição Spec de uma categoria lexical.

O autor argumenta que PRO não é marcado por Caso na posição [Spec, *to*] ou [Spec, *Ing*], uma vez que ele aparece em outros contextos:

(65) PRO *Angry*, we will never succeed

PRO irados, nós nunca teremos sucesso

Em Small Clause (adjunto) também encontramos PRO. Em (65), o adjetivo *angry* tem um papel temático externo que deve ser descarregado. Como todo predicado exige sujeito (Rothstein, 1983, apud Baltin, 1995), supõe-se que PRO é sujeito de AP, recebendo assim papel temático.

A presença de PRO em Small Clause é confirmada se colocarmos uma anáfora *each other* dentro da oração:

(66) PRO *Angry with each other*, I don't think that we can succeed

PRO irados uns com os outros, eu não penso que nós podemos ter sucesso

A oração (66) é gramatical. Ela deveria ser agramatical uma vez que a anáfora *each other* não está ligada, violando assim o Princípio A da Teoria de Ligação. Porém, o problema pode ser resolvido se assumirmos que na posição sujeito da Small Clause temos PRO. Desta forma, *each other* estará ligada a PRO, não violando o Princípio A.

2.9 A análise de Sigurdsson (1991): PRO recebe Caso

A análise de Sigurdsson confirma que PRO recebe Caso e afirma que este Caso é estrutural. Em islandês, temos ‘quirky subjects’ em orações finitas. Vejamos:²³

(67) Hennar / *hún var getið

Lhe(G)/ * ela foi mencionada

Os ‘quirky subjects’ são DPs que na estrutura-D (DS) estão na posição objeto, recebendo papel temático e Caso, mas na estrutura-S (SS) vão para a posição sujeito da oração (Sigurdsson, 1991:329).

Em orações infinitivas também encontramos os ‘quirky subjects’:

(68) Pað væri gaman [að PRO verðao getið]

Expl. foram agradáveis (G) ser mencionados

O autor tenta provar que PRO recebe Caso através da formação de Cadeia de Caso Morfológico em oração infinitiva. Para isso, ele mostra evidências de que, mesmo não tendo Caso morfológico, PRO recebe um Caso estrutural. Vejamos os exemplos abaixo:

(69) a. Stákarnir komust allir í skóla

Os meninos(N) conseguiram todos(N.pl.m) para a escola

b. Strákana vantaði alla í skólann

Os meninos(A) faltaram todos(A.pl.m) na escola

²³ No islandês, temos quatro Casos: o Caso nominativo (N), o acusativo (A), o dativo (D) e o genitivo (G).

c. Strákunum leiddist öllum í skóla

Os meninos(D) aborreceram todos(D.pl.m) na escola

d. Strákanna var allra getið í ræðunni

Os meninos(G) foram todos(G.pl.m) mencionados na conversa

Em (69), temos orações finitas. O quantificador flutuante *allir* tem uma flexão adjetiva forte (Caso, gênero e número). Mas as formas dos quantificadores flutuantes de (69) são as únicas possíveis em cada oração, isto é, para (69a) o quantificador não pode ter outra forma se não *allir*, e assim por diante. Então, Sigurdsson faz a seguinte generalização:

(70) Qualquer Caso morfológico de um elemento que não é um DP deve ser licenciado por um Caso idêntico de um DP. (Trad. livre, p. 331)

Assim, o Caso Nominativo, Acusativo, Dativo e Genitivo do quantificador flutuante de (69), respectivamente, é o mesmo Caso do sujeito da oração. Quando temos os ‘quirky subjects’, como em (69b-d), o quantificador *allir* também recebe o Caso.

A generalização (70) pode ser estendida a orações infinitivas. Vejamos:

(71) a. Strákarnir vonast til [að PRO komast allir í skóla

Os meninos(N) esperam para (N) conseguir todos(N) para a escola

b. Strákarnir vonast til [að PRO vanta ekki alla í skólann]

Os meninos(N) esperam para (A) faltar não todos(A) para a escola

c. Strákarnir vonast til [að PRO leiðast ekki öllum í skóla]

Os meninos(N) esperam para (D) aborrecer não todos(D) na escola

d. Strákarnir vonat til [að PRO verða allra getið

Os meninos(N) esperam para (G) ser todos(G) mencionados

í ræðunni]

na conversa

Em (71), temos um Caso do DP que possibilita o licenciamento de Caso (nominativo, acusativo, dativo e genitivo) ao quantificador flutuante; porém, este não está na posição sujeito da oração finita, dado que em tal posição temos o Caso nominativo. Assim, o Caso de *allir* é licenciado por outro Caso, que segundo Sigurdsson, é o Caso de PRO.

Outros dados também mostram que PRO é marcado por Caso. Em islandês, os predicados adjetivais e os participios passivos concordam em Caso, gênero e número (concordância de predicados). O autor refere-se a estes tipos de concordância como concordância sentencial. Vejamos:

(72) Strákarnir **höfðu** verið **duglegir**

Os meninos(N.pl.m) têm(3pl) sido enérgicos(N.pl.m)

É observado que, em oração finita, a concordância do adjetivo é igual a do sujeito da oração, sendo que o verbo também tem concordância. Além disso, o sujeito da oração sempre é um elemento que tem Caso nominativo. Assim, a seguinte generalização é feita:

(73) Somente os argumentos nominativos podem controlar a concordância sentencial em orações finitas. (Trad. livre, p.333)

Quando não há um argumento nominativo, não há concordância de adjetivo, isto é, tanto o verbo finito como o predicado mostram a forma invariável ‘default’(dflt), como mostra (74), que é uma oração com ‘quirky subject’:

(74) Strákunum **hafði** verið **kalt**

Os meninos(D) tem(dflt) sido frio(dflt)

Mas quando temos um objeto nominativo, há controle de concordância, como mostra (75a). Se não há objeto nominativo, encontramos a forma ‘default’, como mostra (75b):

- (75) a. Okkur **höðu** leiðst strákarnir
 nos(D) têm(3pl) aborrecido os meninos(N)
- b. Okkur **hafði** leiðst
 nos(D) tem(dflt) aborrecido

Estes dados vêm mostrar que a concordância está relacionada à atribuição de Caso nominativo em orações finitas no islandês. Todavia, pode-se dizer que a concordância de predicado comporta-se da mesma forma em oração infinitiva. Vejamos:

- (76) a. Strákarnir vonast til [að PRO verða aðstoðaðir / *aðstoðað
 Os meninos(N) esperam para (N) ser ajudados(N.pl.m) / (*dflt)
- b. Strákarnir vonast til [að PRO verða hjálpað / *hjálpaðir /
 Os meninos(N) esperam para (D) ser socorrido(dflt) / (*N.pl.m) /
 *hjálpuðum]
 (*D.pl.m)

Em (76a), a concordância de predicado é licenciada pelo PRO nominativo, que é sujeito da oração infinitiva. Se o sujeito PRO não tem caso nominativo, como em (76b), a concordância do predicado é ‘default’, assim como em oração finita.

Sigurdsson mostra que, quando não temos PRO quirky, temos o Caso nominativo estrutural atribuído a PRO. Ele retoma exemplos de quantificador flutuante e participio passivo para mostrar que a concordância nominativa na oração infinitiva está presente neles, mesmo que não haja um DP nominativo, como mostra (77):

- (77) Strákana langaði til [að komast **allir** í veisluna]
 Os meninos(A) queria(dflt) para conseguir todos(N.pl.m.) para a festa

O autor diz que o elemento que licencia a concordância nominal é o PRO nominativo. Quando temos PRO nominativo, o nominativo é um Caso estrutural atribuído por INFL. Se for assim, Agr não é um pré-requisito para a atribuição Casual, podendo ele ser [+Agr] ou [-Agr]. Assim, INFL, independente de ser finito ou infinito, é um atribuidor potencial

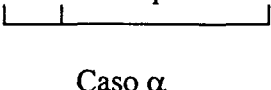
de Caso nominativo somente se um DP que está em seu domínio não está sendo marcado por Caso quirky.

2.10 Uniformidade do Caso de Burzio (1994)

Burzio (1994) tenta fazer uma simplificação da atribuição Casual, eliminando a teoria do movimento-A (argumental), proposta por Chomsky (1993). Ele postula:

- (78) Uniformidade do Caso: todas as posições em uma cadeia-A devem receber o mesmo Caso do mesmo atribuidor (trad. livre)

A hipótese que o autor levanta em seu trabalho é que o movimento-A é restrito pela uniformidade de Caso, no sentido de que tanto o DP movido como o seu vestígio recebem o mesmo Caso do mesmo atribuidor, como vemos em:

- (79) Maria I - desapareceu t

 Caso α

Assim, ele assume (80):

- (80) Visibilidade dos Papéis Temáticos: O Caso está associado biunivocamente com o papel temático.

Porém, este princípio parece não se confirmar em relação às estruturas inacusativas e passivas, que envolvem o movimento-A. Em tais estruturas há apenas um papel temático envolvido com as múltiplas relações gramaticais (sujeito-objeto). Assim, uma questão é levantada: como o Caso é atribuído nestas funções gramaticais (GRs)? O autor assume que um mesmo Caso é atribuído para todas as GRs. Mas qual dos Casos?

O autor argumenta que algumas línguas não permitem que um argumento interno que tenha Caso vá para outra posição com Caso, como podemos ver em (81):

(81) a. * (to) John_i was talked t_i

(para) John foi falado t

b. * Me_i was invited t_i

Me foi convidado t

Em (81a), *John* recebe Caso na posição objeto do verbo *talk* e vai para uma posição em que há Caso nominativo disponível. Em (81b), *me* sai da posição objeto com Caso e vai para uma posição que tem Caso disponível também²⁴. Desta forma, a cadeia-A tem um papel temático e dois Casos; porém ela não tolera mais do que um Caso.

Burzio assume que a uniformidade de Caso é uma condição real, visto que o movimento é restrito pelo Caso. Vejamos o contraste em (82):

(82) a. Mary I - seems [t happy]

└───┴───┘

b. * Mary I - seems [t I - is happy]

└───┴───┘ └──┘

Em (82), temos o sujeito da oração encaixada que passa a ser sujeito matriz. Porém, há uma diferença entre as orações. Em (82b) há um atribuidor de Caso dentro do complemento: o INFL encaixado, enquanto que em (82a) não há. Assim, (82b) é agramatical porque fere a condição de minimalidade:

(83) Minimalidade da Atribuição de Caso: O Caso deve ser atribuído pelo atribuidor mais próximo.

Em (82b), o INFL encaixado é o atribuidor mais próximo. Por atribuidor mais próximo define-se:

²⁴ O autor mostra que há uma exceção. Em islandês, temos os *quirky subjects*, que são DPs que nascem na posição objeto, recebem Caso e vão para a posição sujeito com o Caso que receberam na posição onde nasceram.

c. John believed [her to have left]

O autor tenta solucionar tais diferenças dizendo que em (87) a oração infinitiva se comporta como as Small Clauses (Mary seems t happy). Este comportamento está relacionado à seleção do verbo matriz quanto ao infinitivo encaixado, isto é, o INFL, neste caso, é inativo, enquanto que em construções infinitivas (que não se comportam como SC) ele é ativo.

Em (87), o verbo matriz seleciona o INFL inativo, fazendo com que na posição sujeito não haja nenhum outro elemento senão *t* ou, no caso de um ECM, um sujeito lexical. Quando o verbo matriz seleciona o INFL ativo, como é o caso de (85), é obrigatória a presença de PRO na posição sujeito (o que não acontece e daí a agramaticalidade das orações).

As orações infinitivas que permitem o alçamento ou o ECM satisfazem a condição de minimalidade, como podemos ver em:

(88) a. Mary I- was believed [t to have disappeared t]

b. John believed [t to have disappeared t]

Nestas orações, o complemento que nasceu na posição objeto e foi para [Spec, IP] está no domínio do INFL *to*. Mas, como *to* está inativo, tal domínio será estendido automaticamente a um atribuidor mais próximo, que no caso é o INFL matriz em (88a), e o verbo matriz em (88b). Desta forma, os vestígios recebem o Caso dos seus antecedentes: nominativo e acusativo, respectivamente.

Com relação à distribuição complementar de PRO e os sujeitos lexicais, Burzio não adota a versão de Chomsky e Lasnik (1995) e Chomsky (1993), supondo que PRO recebe um Caso ‘zero’. Ele assume que PRO tem Caso, conforme evidências encontradas em Sigurdsson (1991). PRO tem Caso nominativo, assim como os sujeitos de orações com tempo.

Na verdade, diz o autor, o que possibilita um sujeito lexical em determinada posição e não PRO é a concordância verbal e não o Caso. Assim, é a inabilidade da flexão infinitiva de concordar que é responsável pela exclusão de qualquer sujeito lexical, ficando PRO como única opção.

2.11 Resumo

Neste capítulo observamos como a *ec* PRO é analisada dentro da Teoria Gerativa. Explanamos que, na Teoria de Regência e Ligação clássica, PRO é considerado um elemento com traços de anáfora e de pronome. Além disso, ele não pode ser regido e nem receber Caso. Todavia, adotamos neste trabalho que PRO pode ser regido e receber Caso, conforme análise de Sigurdsson (1991). Os dados no islandês comprovam que PRO pode receber Caso.

Sigurdsson (1991) também assume que PRO é regido. No islandês, constata-se que há alçamento de verbos infinitivos assim como de verbos finitos. Vejamos:

- (i) a. María segir að þú lesir alltaf bókina
- b. * María segir að þú alltaf lesir bókina
- c. María lofaði að lesa alltaf bókina
- d. * María lofaði að alltaf lesa bókina

Em (ia), o verbo finito se move para INFL, passando pelo advérbio que está adjungido a VP. Se o verbo não se move, a oração é agramatical, como mostra (ib). O verbo no infinitivo também deve ser alçado obrigatoriamente. Como podemos ver em (id), a ordem [Adv+V] não é permitida. Somente a ordem [V+Adv] é permitida, como em (ic).

Todavia, uma questão aparece, dado que PRO é marcado por Caso e regido: por que a posição sujeito do infinitivo não pode ser lexicalizada? O autor argumenta que PRO não é propriamente regido enquanto que os DPs lexicais o são.

Por outro lado, Burzio (1994), como vimos em 2.10, assume que a partícula *to* (flexão infinitiva) do inglês é um atribuidor de Caso. Nos contextos ECM ele não é ativado, sendo que o verbo da oração matriz atribui o Caso. Assim, segundo o autor, o que

possibilita um sujeito lexical em determinada posição e não PRO é a concordância verbal e não o Caso. Então, é a inabilidade da flexão infinitiva de concordar que é responsável pela exclusão de qualquer sujeito lexical, ficando PRO como única opção.

Através destas observações, postulamos que no PB PRO ocorre na posição sujeito de orações que não apresentam traços de pessoalidade. Por isso, em tal posição não podemos ter um DP lexical.

PRO NO PB

3.1 Introdução

Neste capítulo, analisaremos a categoria vazia PRO em PB. Postulamos que PRO ocorre em ambientes [-Agr], isto é, em posição sujeito impessoal. Sendo assim, podemos ter PRO na posição sujeito de vários tipos de orações. Ele pode aparecer na posição sujeito de oração infinitiva impessoal, além de poder aparecer, por exemplo, em PP, AP, NP (desde que assumamos que todo predicado exige sujeito). Além disso, destacaremos que PRO se movimenta para checar/receber Caso nominativo e é regido.

3.2 A Concordância [+ Agr]

No PB, é possível termos INFL [+Agr] tanto em oração finita como em oração infinitiva (pessoal). Observemos:

- (1) a. *pro* comeram as maçãs
b. José proibiu os rapazes de *pro* comer(em) as maçãs

Em (1), temos na posição sujeito (da oração matriz e encaixada) *pro*. Como vimos, *pro* é um elemento que recebe/cheça Caso. Assim, ele aparece somente em posições que

dispõem de Caso²⁵. Segundo Chomsky (1986), INFL [+Agr] atribui Caso nominativo para a posição sujeito. Nesta posição podemos ter *pro* (1) ou um DP lexical, como em (2):

- (2) a. Eles comeram as maçãs
 b. José proibiu os rapazes de eles comer(em) as maçãs

Na oração infinitiva pessoal podemos ter também *pro*:

- (3) José proibiu os rapazes de *pro* comer(em) as maçãs

O morfema flexional do verbo pode ser realizado ou não. Mas quando ele não é realizado fonologicamente quem atribui Caso para a posição sujeito da oração encaixada? Será INFL [+Agr], sem realização fonológica, quem licencia este sujeito?

Ao lado de INFL [+Agr], dois outros fatores apresentam papel significativo na atribuição Casual das orações infinitivas (pessoais): o tempo e a preposição. O tempo não existe na forma infinitiva como traço morfológico, mas subsiste na estrutura da oração na forma de um operador temporal associado a CP (Raposo, 1987). A preposição é uma categoria lexical atribuidora de Caso nas estruturas infinitivas no PB (Moreira da Silva, 1983, apud Luz, 1993). Neste caso, o elemento receberá Caso oblíquo. Todavia, não entraremos em detalhes sobre estas questões no trabalho.

Assumimos que é INFL [+Agr] quem possibilita a atribuição/checagem do Caso nominativo, em uma relação Spec/núcleo, seja ele realizado fonologicamente ou não.

²⁵ Nas línguas românicas, *pro* aparece na posição sujeito de orações finitas. Em PB, ele também aparece na posição objeto, podendo ter interpretação referencial (ver Galves, 1987). Vejamos:

(i) - *pro* Vi o carro que o Carlos comprou
 (ii) - Eu também vi *pro*

3.3 A Concordância [- Agr]

O PB também apresenta orações com [-Agr]. Estas orações são as infinitivas impessoais. Elas não podem ter, na posição sujeito, um DP lexical. Sendo assim, há duas *ec* para configurar em tal posição:

- (4) a. Eles pretendem PRO dormir
b. Eles parecem t dormir

As duas possibilidades para a posição sujeito de oração infinitiva impessoal são: ser preenchida pelas categorias vazias PRO ou vestígio de DP (t). Em (4a), temos o predicado *pretender* que seleciona o argumento externo *eles* e a oração infinitiva *PRO dormir*. *Dormir*, por sua vez, seleciona um argumento externo. Todavia, este argumento não pode ser um DP lexical porque o verbo é desprovido de INFL [+Agr]. Assim, a posição sujeito é preenchida pela categoria vazia PRO.

Em (4b), o predicado *parecer* (inacusativo) seleciona apenas um argumento, o seu complemento *eles dormir*. Já *dormir* seleciona o argumento externo *eles*. Como o infinitivo também é impessoal, o seu sujeito tem que ir a outra posição para receber Caso. Assim, *ele* vai para o [Spec, AgrS] mais alto.

Estas categorias vazias apresentam algumas similaridades e diferenças. PRO é semelhante a t pelo fato de ambos possuírem um antecedente que os c-comanda. Contudo, conforme o Critério Temático, o antecedente de t ocupa uma posição não-temática, ao passo que o antecedente de PRO ocupa uma posição temática.

O t sempre é resultado da aplicação de uma regra de movimento sobre um DP em SS. Na DS, de (4b) e (5), t não existe porque o DP *eles* não foi movido:

- (5) *e parece* [eles dormir]

PRO, ao contrário, não é resultado da aplicação de uma regra de movimento. Ele é um argumento, existe em todos os níveis da representação sintática, incluindo a DS. Um

vestígio e o seu antecedente formam uma cadeia-A, contendo um único argumento e uma única posição temática. PRO e o seu antecedente, pelo contrário, não formam uma cadeia visto que ambos são argumentos e cada um ocupa uma posição temática independente.

Burzio (1994), como vimos em 2.10, assume que a partícula *to* (flexão infinitiva) do inglês é um atribuidor de Caso. Nos contextos ECM ele não é ativado, sendo que o verbo da oração matriz atribui o Caso. Porém, segundo o autor, é a concordância e não o Caso quem possibilita a presença de PRO ou de um DP lexical. Assim, é a inabilidade da flexão infinitiva concordar que é responsável pela exclusão de um sujeito lexical, ficando PRO como única opção.

No PB, como vimos no capítulo 1, existem contextos que apresentam [-Agr]. São a posição sujeito de oração gerundiva e de SC. Consideremos primeiramente as estruturas das SCs:

- (6) a. Nós pretendemos [ficar felizes hoje]
- b. Nós queremos [ser dispensados do exército]
- c. Maria saiu [triste]

Em SC adjunto, onde temos um adjetivo (6a), (6c) e um verbo passivo (6b), podemos ter PRO:

- (7) a. Nós pretendemos PRO_i ficar t_i felizes hoje
- b. Nós queremos PRO_i ser t_i dispensados do exército
- c. Maria saiu PRO_i t_i triste

Felizes, dispensados e triste têm um papel temático externo que deve ser descarregado. Estes papéis temáticos são então atribuídos a PRO. Podemos assumir, segundo Rothstein (1983), apud Baltin (1995), que todo predicado exige sujeito, seja ele um AP, VP, PP ou DP²⁶. Assim, PRO é sujeito dos adjetivos *felizes* e *triste* e do verbo passivo *dispensados*. Como veremos abaixo, na posição em que PRO ocorre, não podemos ter um DP lexical:

- (8) a. * Nós pretendemos nós/eles_i ficar t_i felizes hoje
- b. * Nós queremos nós/eles_i ser t_i dispensados do exército
- c. * Maria saiu Carlos triste

A presença de PRO em SC é confirmada se colocarmos a anáfora *uns com os outros*, por exemplo, dentro da oração:

- (9) Nós pretendemos [PRO_i ficar t_i felizes [uns com os outros]_i hoje]

(9) é gramatical. Todavia, ela deveria ser agramatical sem PRO, uma vez que a anáfora *uns com os outros* não estaria ligada, violando assim o Princípio A da Teoria de Ligação. Mas o problema é resolvido se assumirmos que na posição sujeito da SC temos PRO. Desta forma, *uns com os outros* estará ligada a PRO, não violando o Princípio A.

Em oração gerundiva também encontramos PRO:

- (10) José trabalhou PRO_i t_i cantando

Na posição sujeito da oração gerundiva não podemos ter um DP lexical:

²⁶ Chomsky (1986) observa que PRO pode ocorrer dentro de DPs, baseando-se no contraste em (i):

- (i) a. They heard stories about them
- b. They told stories about them

(ia) permite a co-referência entre *they* e *them*, mas (ib) não. Em (ia) fazemos a leitura de que alguém (que não é o sujeito da oração matriz) é o ‘contador’ da história. Já em (ib), o sujeito da oração matriz é o ‘contador’ da história. Então devemos ter uma representação em que PRO seja o sujeito de *stories*. Em (ia), temos PRO_{arb} como sujeito do nome, como vemos em (iia), enquanto que em (ib) temos PRO que é coindexado com *they* e *them*, como em (iib):

- (ii) a. They_i heard [PRO_{arb} stories about them_i]
- b. They_i told [PRO_i stories about them_i]

(11) * José trabalhou Maria cantando

Neste caso, a oração é agramatical porque *Maria* está em uma posição que apresenta traços de impessoalidade [-Agr], tendo como única possibilidade PRO. Todavia, se incluirmos a preposição *com* antes da oração gerundiva, constatamos que a oração torna-se gramatical:

(12) a. José trabalhou com Maria cantando

b. * José tabalhou com — cantando

Porém, com a inclusão da preposição não se permite que a posição sujeito fique sem um DP lexical realizado fonologicamente.

Assim, concluímos que, em oração gerundiva, PRO é possível quando a posição sujeito apresentar traços [-Agr]. Este Agr é um elemento que não apresnta traços verbais.

3.4 O Caso

Chomsky e Lasnik (1995) assumem que PRO recebe Caso, mas um Caso nulo. Este Caso, porém, é atribuído ao sujeito não sob as condições de regência, mas sob concordância, isto é, na relação Spec/Núcleo. Os autores passam a admitir então uma Teoria de Caso nulo para PRO. Dentro desta nova perspectiva, o [-Agr] da oração encaixada atribui/cheça Caso nulo para PRO através do traço de concordância, que é nula.²⁷

²⁷ Todavia, consideremos:

- (i) a. * It seems [PRO to be happy]
- b. * John believes [PRO to be happy]
- c. * John considers [PRO happy]

Watanabe (1993), apud Rizzi (1997), observa que a Teoria de Caso nulo não é suficientemente forte para restringir a distribuição de PRO, uma vez que temos a flexão infinitiva em (ia) e (ib), mas o Caso nulo não é licenciado. Segundo o autor, PRO pode ocorrer somente em orações infinitivas que são protegidas por CP. Em (i), os predicados selecionam IP complemento ou SC (entre colchetes), tornando as orações agramaticais. Contudo, uma questão é levantada: por que, em (i), a flexão infinitiva não licencia o Caso nulo? Watanabe estipula que a checagem de Caso nulo em AgrS cria o traço [+F], que deve ser checado pelo movimento de AgrS para CP. Pelo fato de não existir CP em (i), tal checagem não acontece, tornando a oração agramatical.

Martin (1996) modifica a proposta de Chomsky e Lasnik, argumentando que nem todo I infinitivo tem a habilidade de checar o Caso nulo. Segundo o autor, somente I infinitivo [+tense] pode checar o Caso nulo. As infinitivas ECM, por exemplo, não têm a habilidade de checar o Caso nulo porque são [-tense].

Por outro lado, como observamos em 2.9, Sigurdsson (1991) argumenta que PRO recebe Caso nominativo, acusativo, etc. O autor constata, através dos dados de islandês, que há possibilidade de se atribuir Caso estrutural a PRO.

Para o PB, assumimos que PRO recebe/checa Caso nominativo na relação Spec/Núcleo. Consideremos:

(13) Maria deseja PRO_i t_i trabalhar muito

PRO é sujeito de uma oração infinitiva impessoal. Ele nasce em uma posição (mais baixa) e vai para um Spec mais alto receber/chegar o Caso nominativo. A seguir, veremos isto com mais detalhes.

3.5 A Atribuição/Checagem de Caso

Constataremos, segundo nossa suposição, onde PRO recebe/checa Caso e é regido. Seguindo Pollock (1989)²⁸, constatamos que, no PB, o movimento dos verbos acontece em sintaxe visível, assim como em francês. Tal declaração fica consistente quando temos a presença de certos advérbios como *completamente*, *manualmente*, *muito*, *demais*, etc. Estes tipos de advérbios devem vir depois do verbo lexical, tanto em oração finita quanto em infinitiva pessoal e impessoal. Vejamos:

²⁸ Pollock propõe que o nóculo IP é dividido em T e Agr. T e Agr são considerados núcleos separados, cada um tendo a sua projeção máxima. Desta forma, o nóculo IP é dividido em duas categorias: TP (contém os traços de tempo, modo e aspecto) e AgrP (contém os traços ϕ de pessoa e número). Os núculos funcionais TP e AgrP servem para carregar os traços morfológicos que são necessários para a checagem dos traços dos Vs e dos Ns (ver Marantz, 1995:362). Além disso, a categoria AgrP é dividida em dois núculos: AgrsP e AgroP. O nóculo AgrsP permite a concordância do sujeito, sendo possível a checagem do Caso nominativo. Já AgroP permite a concordância do objeto, possibilitando a checagem do Caso acusativo.

(14) a. O Joca perdeu completamente a cabeça²⁹

b. * O Joca completamente perdeu a cabeça

(15) a. Não é bom *pro* esquecer completamente o compromisso

b. * Não é bom *pro* completamente esquecer o compromisso

(16) a. José quer PRO esquecer completamente o episódio

b. * José quer PRO completamente esquecer o episódio

Em (14a), o verbo se movimenta em sintaxe visível, cedendo a ordem V+Adv. Sem o movimento do verbo, a oração é agramatical, como mostra (14b). Podemos chegar às mesmas conclusões para (15) e (16). Desta forma, o movimento do verbo é obrigatório assim como dos sujeitos, se assumirmos a hipótese de que o sujeito é interno a VP (Ver Koopman e Sportiche (1991)).

Podemos supor que no PB [-Agr] tem traços fortes, pois o verbo sai de VP e vai para uma posição mais alta, assim como nos casos de [+Agr]. Portanto, PRO se movimenta em sintaxe visível para checar alguns traços, tais como o Caso. Assim, PRO vai para Spec de uma categoria mais alta.

Nas SCs, PRO também se movimenta, como em (17):

(17) Maria quer PRO_i ficar t_i feliz na festa

Em (17), PRO nasce em [Spec, AP] e vai para uma posição mais alta. Por ora, diremos que PRO vai para [Spec, XP]. A mesma coisa acontece com (18):

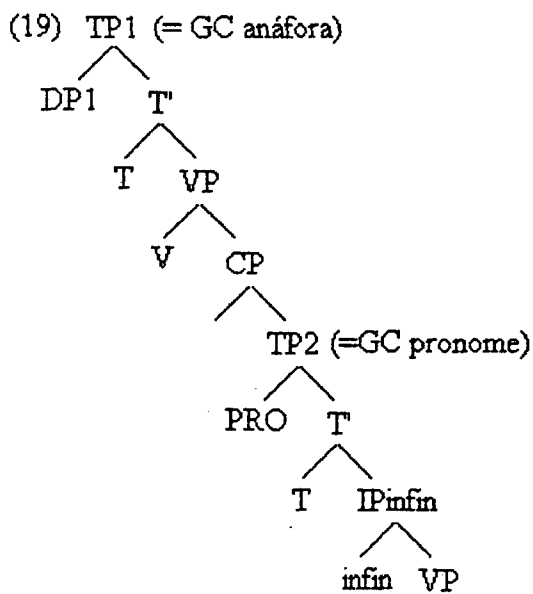
(18) Maria saiu PRO_i t_i feliz

Desta forma, assumimos que PRO recebe/checa Caso em [Spec, XP]. Além disso, ele é regido pelo núcleo desse XP. Mas no fato de PRO ser regido não há violação do Teorema de PRO? Kayne (1991) assume que não há violação do Teorema de PRO se PRO

²⁹ Exemplo extraído de Figueiredo Silva (1996).

for regido por um elemento interno, isto é, por um elemento que está no mesmo domínio dele.

Para Kayne, a interpretação dada para a Teoria de Ligação em Chomsky (1986) permite este resultado. Chomsky argumenta que a noção de GC deve ser definida de forma diferente para pronomes e anáforas. Na GC destas últimas deve existir um antecedente potencial para elas, enquanto este requisito não é necessário para os pronomes. Assim, temos (estrutura extraída de Martin, 1996):



Em (19), PRO é regido por Infin. Como resultado, TP2 é a GC para PRO como pronome, uma vez que ele é o XP mínimo (com a posição sujeito) que contém PRO e o regente de PRO. Todavia, TP2 não contém um antecedente potencial para PRO. Assim, TP1 é a GC para PRO como anáfora. Se PRO é coindexado com DP1, ele satisfaz as condições de Ligação tanto de anáfora como de pronome, dado que ele é ligado na GC da anáfora, mas livre na GC de pronome.

Kayne mostra uma diferença entre *whether* e *if* (se), no que se refere às construções de controle. Consideremos:

(20) a. He doesn't know whether to go to the movies

Ele não sabe se ir para o cinema

- b. * He doesn't know if to go to the movies
 Ele não sabe se ir para o cinema

Como podemos ver, em (20) podemos ter *whether* antes de oração infinitiva (de controle) ao passo que não podemos ter *if*. Segundo o autor tal diferença é explicada pelo fato de *whether* ser uma expressão-WH, ocupando a posição [Spec, CP]. Nesta posição ele não pode reger PRO que está na posição sujeito da oração infinitiva. *If*, por sua vez, é um complementizador lexical que ocupa o núcleo de CP. Em tal posição, *if* rege a posição sujeito da oração encaixada, tornando a oração agramatical.

Por outro lado, encontramos no francês e no italiano elementos que apresentam as mesmas propriedades de *if*. São eles *si* (francês) e *se* (italiano). Eles ocupam o núcleo de CP. Assim, parece que regem a posição sujeito da oração infinitiva. Entretanto, *si* torna a oração agramatical ao passo que *se* não interfere na gramaticalidade da oração:

- (21) a. * Marie ne sait pas si aller au cinéma
 Marie neg sabe não se ir ao cinema
 b. Gianni non sa se andare al cinema
 Gianni não sabe se ir ao cinema

Kayne propõe que a diferença entre as duas línguas está na posição em que o clítico ocupa. Vejamos:

- (22) a. Lui parler serait une erreur
 Lhe falar seria um erro
 b. * Parlerlui serait une erreur
 Falar-lhe seria um erro

- (23) a. Parlargli sarebbe un errore
 Falar-lhe seria um erro
 b. * Gli parlare sarebbe un errore
 Lhe falar seria um erro

Em suma, parece que a possibilidade de termos a ordem infinitivo-clítico permite que tenhamos construções de controle com *se*. O autor assume que em italiano o verbo infinitivo se movimenta em SS, regendo PRO. É possível observarmos o movimento do verbo infinitivo pela ordem dos componentes. Em italiano temos a ordem infinitivo-clítico; em francês temos clítico-infinitivo. O não-movimento do verbo em francês faz com que ele não reja PRO³⁰. Assim, *si*, que é um regente externo, rege PRO, violando o Teorema de PRO. Já com o movimento do verbo em italiano, não há possibilidade de *se* reger PRO, uma vez que há um regente mais próximo dele, dentro de IPinf.

Todavia, uma questão aparece, dado que PRO é marcado por Caso e regido: por que a posição sujeito do infinitivo não pode ser lexicalizada? Segundo Sigurdsson (1991), PRO não é propriamente regido enquanto que os DPs lexicais o são.

Por outro lado, Burzio (1994) argumenta que a posição sujeito de oração infinitiva não é lexicalizável porque falta-lhe concordância, sendo que PRO fica como única alternativa.

Em suma, assumimos que no PB PRO: 1) se movimenta em sintaxe visível; 2) é regido pelo núcleo de XP; 3) recebe/checa Caso nominativo em [Spec, XP]; 4) Não ocorre em contextos marcados por concordância verbal, isto é, em contextos [+Agr].

3.6 A Estrutura da Oração com PRO

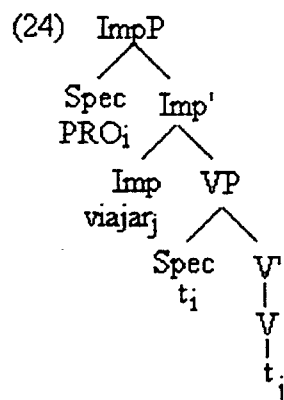
A partir de Chomsky e Lasnik (1995), a Teoria Gerativa passa por algumas modificações; dentre elas, destacamos a hipótese de que o verbo assim como os DPs se movem, não para conseguir os afixos flexionais e Caso, mas para checarem as marcas morfológicas já selecionadas previamente no léxico. Assim, tanto o verbo como o DP checam seus traços em algum ponto da derivação (dado que não existem mais dois dos níveis de representação: estrutura profunda e estrutura superficial).

Chomsky (1995), capítulo 4, propõe que os traços podem ser parametrizados com o valor ‘forte’ ou ‘fraco’. A checagem de traços pode ocorrer antes ou depois do Spell-

³⁰ Kayne assume que em francês temos o movimento do verbo infinitivo, mas ele acontece em LF, assim como em inglês.

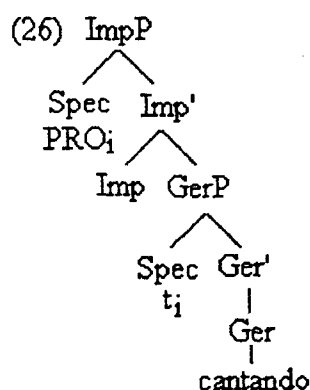
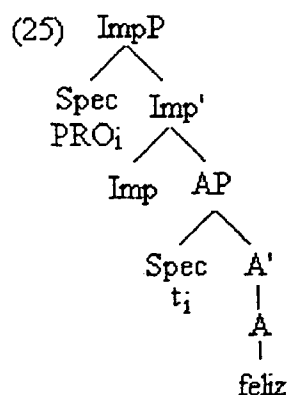
Out. Ela ocorre antes do Spell-Out se os traços forem fortes, sendo visível o movimento dos elementos em PF. Se os traços forem fracos, os elementos checarão seus traços somente em LF; o movimento não é então visível em PF.

Para as orações que têm PRO como sujeito, dizemos que [Spec, XP] apresenta traços fortes, como o Caso ou o EPP (Martin, 1996). Estes traços devem ser checados, no PB, antes do Spell-Out. A categoria XP, por sua vez, não apresenta nenhum traço de concordância verbal; tal projeção apresenta, na verdade, traços de impessoalidade. Assim, em [Spec, XP], não podemos ter um DP lexical, ficando como única alternativa PRO. Desta forma, diremos que a categoria projetada para PRO é ImpP (Sintagma Impessoal). Vejamos na oração infinitiva impessoal:



Conforme a estrutura (24) mostra, postulamos que PRO ocorre em [Spec, ImpP]. Esta categoria é projetada pelo infinitivo impessoal. Assumimos que ele, porém, não projeta TP.

O gerúndio ou o adjetivo / verbo passivo em SC também projetam ImpP. Daí a possibilidade de termos PRO. Vejamos a estrutura (25) para as SC e a (26) para as orações gerundivas:



Vale lembrar que, como observamos em 3.3, nem todas as orações gerundivas permitem PRO; elas, por sua vez, também admitem um DP lexical na posição sujeito. Neste caso, a oração gerundiva não projeta ImpP.

Seguindo Chomsky (1986), devemos postular que existe uma projeção máxima que intervém entre o verbo da oração matriz, que é um regente potencial, e a categoria em que PRO aparece. Assim, PRO não receberá Caso acusativo, por exemplo, de um verbo ECM.

Podemos então supor que existe uma projeção máxima, CP, que introduz ImpP. Em CP, temos um complementizador que fica no núcleo de CP; no entanto, ele não tem matriz fonológica. Para o PB assumimos que temos três tipos de complementizadores: o *que* que é complementizador finito, as preposições *de/a*, que podem ser complementizadores de orações infinitivas pessoais e o complementizador ϕ (nulo), que introduz a oração que tem PRO como sujeito, isto é, introduz ImpP. Entretanto, destacamos que, às vezes, este complementizador pode introduzir uma oração infinitiva pessoal, como em:

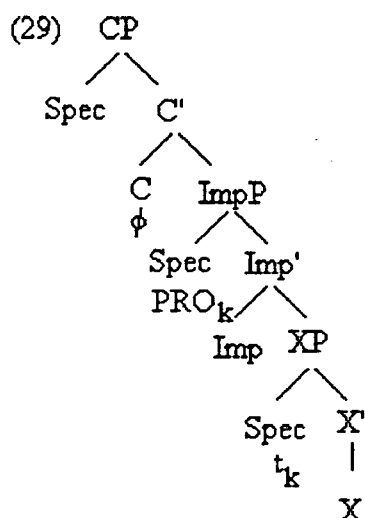
(27) É difícil [ϕ /de comprar uma casa]

Mas não podemos ter as duas possibilidades quando uma oração infinitiva impessoal é introduzida:

(28) a. Eles pretendem [ϕ /*de comprar uma casa]

b. Eles gostam [$*\phi$ /de trabalhar]

Assumimos que em (28a) temos um complementizador nulo como única alternativa para introduzir a oração impessoal. Já para (28b), assumimos que não temos um CP introduzindo a oração impessoal, mas um PP. Assim, para a oração impessoal temos a seguinte estrutura:



Postulamos que o complementizador ϕ , no PB, ocupa a mesma posição que os outros complementizadores (*que*, *de/a*), isto é, o núcleo de CP.³¹ Uma das razões para postularmos que ϕ ocupa a mesma posição que os outros complementizadores é que ele pode ocorrer no mesmo contexto que o complementizador *de*, por exemplo, mas não junto dele.

3.7 O Controle

Raposo (1992:333) diz que “as propriedades de PRO relativamente ao controle são diferentes consoante a oração que tem PRO como sujeito é ela própria uma oração complemento ou uma oração sujeito. Quando PRO ocorre numa oração complemento, é obrigatoriamente controlado por um argumento da oração imediatamente superior. A função gramatical deste argumento, no entanto, é variável segundo o verbo de controle particular”.

Williams (1980) propõe que OC PRO apresenta as mesmas propriedades de um predicado na estrutura de predicado (PS). O autor define PS como o ‘nível de representação em que a relação sujeito-predicado é indicada pela indexação’. O predicado pode ser um AP, DP, PP ou VP.

Vejamos então quais são as propriedades de PRO:

(30) OC1: O DP lexical não pode aparecer na posição de PRO

OC2: O antecedente precede PRO controlado

³¹ Rizzi (1997), porém, observa que, no italiano, *di*, considerado a contraparte infinitiva do complementizador finito *che*, não ocorre na mesma posição que *che*. Em oração com *che*, o tópico, por exemplo, deve segui-lo:

- (i) a. * Penso, a Gianni, *che* gli dovrei parlare
Penso, a Gianni, *que* lhe dovrei falar
- b. Penso *que*, a Gianni gli dovrei parlare
Penso *que*, a Gianni *lhe* dovrei falar

Já nas orações em que temos o complementizador *di*, o tópico deve precedê-lo:

- (ii) a. Penso, a Gianni, *di* dovergli parlare
Penso, a Gianni, *de* dever-lhe falar
- b. * Penso *di*, a Gianni, dovergli parlare
Penso *de*, a Gianni, *dever-lhe* falar

O contraste entre (ia) e (iia) mostra que *che* e *di* não ocupam a mesma posição: em SS, *che* ocupa a posição mais alta do sistema CP, precedendo assim o tópico, ao passo que *di* ocupa a posição mais baixa.

OC3: O antecedente c-comanda PRO controlado

OC4: O antecedente, seja temático ou gramatical, sempre é determinado

OC5: Deve existir um antecedente

Observaremos, a seguir, quais são os possíveis controladores de PRO: sujeito, objeto direto ou indireto da oração matriz, no PB, no italiano e no PE. Vejamos, primeiramente em italiano:

(31) a. Giovanni_i vuole PRO_i leggere il libro

Giovanni_i quer PRO_i ler o livro

b. Pregai Piero_i di PRO_i andarsene

Peça Piero_i de PRO_i ir-se

c. Giovanni ordinò a Piero_i di PRO_i andarsene (Manzini, 1991)

Giovanni ordenou a Piero_i de PRO_i ir-se

Em (31), PRO é controlado pelo sujeito, objeto direto e indireto da oração matriz, respectivamente. A posição que PRO ocupa não pode ser preenchida por um DP lexical:

(32) a. * Giovanni_i vuole Maria_i leggere il libro

b. * Pregai Piero_i di Maria_i andarsene

c. * Giovanni ordinò a Piero_i di Maria_i andarsene

Em PE temos:

(33) a. O José_i tentou PRO_i enganar o fiscal

b. O Manoel persuadiu a Joana_i a PRO_i deixá-lo em paz

c. O professor permitiu aos alunos_i PRO_i sair mais cedo (Raposo, 1992)

Nas orações de (33), PRO também é controlado pelo sujeito, objeto direto e indireto da oração matriz.

Segundo Visser (1973), apud Larson (1991), há algumas diferenças entre os verbos de controle de objeto (*persuade* e *force*) e os de controle do sujeito (*promise*). Por exemplo, é possível termos a passivação com verbos de controle pelo objeto ao passo que não a podemos ter com verbos de controle pelo sujeito:

- (34) a. John was persuaded to leave³²
 b. John was forced to leave
 c. * It was tried to leave
 d. * John was promised to leave

Koster (1984) propõe que as orações (34c,d) são agramaticais porque não há um controlador possível para PRO.

Baker (1979), apud Larson (1991), também aponta diferenças. O autor mostra que a detransitivização (para simplificar, diremos que os verbos analisados apresentam dois argumentos internos) é possível com verbos de controle pelo sujeito, mas não com o controle pelo objeto:

- (35) a. John promised to leave
 b. * John persuaded to leave
 c. * John forced to leave

A análise proposta não é que agramaticalidade acontece pelo fato de não termos um controlador. Vejamos mais atentamente:

- (36) a. John promised the charity a donation
 John promised a donation
 * John promised the charity
 b. John persuaded Mary of a certain conclusion
 * John persuaded of a certain conclusion
 John persuaded Mary

³² Estes exemplos são extraídos de Larson (1991).

(36a-b) mostram um comportamento diferente dos verbos com respeito aos complementos que podem ser apagados, independentemente do controle. Parece que somente alguns argumentos internos (DPs) são opcionalmente projetados em DS. As orações de (35 b,c), então, são agramaticais não por causa das relações de controle ilícitas, mas devido à violação do Princípio de Projeção (Chomsky, 1981).

Raposo (1992) argumenta que o antecedente de PRO é semanticamente selecionado pelo verbo da oração matriz. Chomsky (1981) propõe o ambiente estrutural de controle:

(37) ...V...[CP (Comp) ...[DP ...(PRO)...]

onde: V é [+Agr]

V subcategoriza CP

V e CP se c-comandam mutuamente

A regra de controle diz que, no ambiente (37), se Comp está preenchido e o verbo da oração matriz não tem um antecedente potencial para a referencialidade de PRO, então a referência dele é livre. Por outro lado, se Comp é nulo ou o verbo da oração matriz tem um antecedente, seja ele subcategorizado ou não, PRO co-refere com o controlador mais próximo. O controlador mais próximo é o DP que c-comanda CP.

Raposo (1992) ilustra que verbos como *querer*, *desejar*, *tentar*, *prometer*, *ameaçar*, *perguntar* determinam o controle pelo sujeito, pois este DP está mais próximo de PRO. A classe de verbos de controle que inclui *persuadir*, *obrigar*, *impedir* determinam controle pelo objeto direto. Já os verbos como *propor* e *permitir* determinam controle pelo objeto indireto.

Todavia, observamos que no PB PRO não tem o mesmo comportamento que no italiano e no PE. No PB, PRO, quando sujeito de oração infinitiva impessoal, pode ser controlado somente pelo elemento que ocupa a posição sujeito da oração matriz. Observemos:

(38) a. Eles_i preferem —_i comer frutas à noite

b. João persuadiu os garotos_i para —_i trabalharem mais horas por dia

- c. Maria permitiu os garotos_i de —_i fazerem a tarefa escolar à noite

Em (38), a categoria vazia é co-referente com o sujeito, objeto direto e indireto, respectivamente. Mas podemos questionar se na posição sujeito das orações infinitivas temos PRO. Como vimos acima, PRO e DP lexical estão em distribuição complementar. Logo, onde temos PRO não podemos ter DP ou *pro*.

Vejamos então:

- (39) a. * Eles preferem a Maria comer frutas à noite
 b. João persuadiu os garotos_i de/para eles_i trabalhar(em) mais horas por dia
 c. Maria permitiu os garotos_i de eles_i fazer(em) a tarefa escolar à noite

Em (38b) e (38c), a posição sujeito da oração infinitiva é ocupada pela categoria vazia *pro*, uma vez que ela pode ser ocupada por um DP lexical (39b-c), recebendo Caso de [+Agr]. *Pro*, nestes casos, é co-referente com o objeto direto e com o indireto, respectivamente. Já, em (39a), a posição sujeito da oração encaixada não pode ser ocupada por um DP lexical, sendo então ocupada por PRO. PRO é controlado pelo sujeito da oração matriz, como mostra (38a).

Constatamos então que verbos como *querer*, *desejar* e *tentar*, quando não permitem um complementizador com matriz fonológica, aceitam somente o controle pelo sujeito:

- (40) a. José_i deseja PRO_i comprar uma bicicleta
 b. Maria pensa que José_i quer PRO_i comprar uma casa
 c. Carlos_i tentou PRO_i vender a casa

Todavia, podemos encontrar o controle pelo objeto em orações gerundivas. Vejamos:

- (41) O José encontrou a Maria_i [PRO_i passeando no parque]

Nas SCs também temos o controle pelo objeto:

(42) O José chupa laranja_i [PRO_i sem casca]

Para o PB assumimos que PRO pode ser controlado pelo sujeito da oração matriz se estiver na posição sujeito de uma oração infinitiva impessoal. Porém, se ele estiver em uma oração gerundiva ou em SC, é possível que ele seja controlado pelo objeto.

3.8 PRO Arbitrário

Na sessão anterior, vimos exemplos em que PRO é controlado obrigatoriamente. Para o PB a única possibilidade é o controle pelo sujeito. Existe, no entanto, orações em que PRO tem uma interpretação arbitrária ou não-controlada (NOC). Neste caso, não existe um controlador possível para PRO. Porém, Chomsky (1986:130) assume que PRO, com interpretação arbitrária, pode ser um PRO controlado por um argumento implícito, que não é representado sintaticamente.

Vejamos o exemplo em italiano:

(43) PRO Fumare nuoce ai bambini (Manzini, 1991)

PRO Fumar prejudica aos meninos

Nesta língua, PRO está na posição sujeito de uma oração sujeito. Em tal posição, ele não precisa ser controlado, sendo que não há um controlador possível, pelo menos em SS.

Para constatar que temos realmente PRO na posição sujeito, devemos observar se em tal posição podemos ter um DP lexical, uma vez que eles estão em distribuição complementar:

(44) * Gianni fumare nuoce ai bambini

Em PB, é possível termos (45):

- (45) a. — Fumar no quarto prejudica os meninos
 b. É importante — votar no dia 3 de outubro

Todavia, podemos ter um DP lexical na posição sujeito. Vejamos:

- (46) a. O João fumar no quarto prejudica os meninos
 b. É importante a Maria votar no dia 3 de outubro

Portanto, devemos acrescentar que quando a posição sujeito pode ser ocupada por um DP lexical, como em (46), temos, na posição vazia de (45), *pro* arbitrário. Este elemento recebe Caso de [+Agr], que não é marcado fonologicamente.

Observamos, todavia, que a interpretação genérica é possível em PB, mas para tal interpretação podemos ter a construção (47):

- (47) É importante se votar no dia 3 de outubro

A introdução do 'se' garante a interpretação genérica e indeterminada no PB. Parece que o 'se' passa a integrar o conjunto de recursos na estrutura da oração porque essa já não recepciona PRO. Então, podemos dizer que a impessoalidade do verbo no PB é marcada por 'se' (ver Luz, 1993).

Segundo Galves (1987), há uma tendência de a partícula *se* desaparecer de alguns dialetos em todos os seus usos nas orações com tempo, enquanto ela reaparece nas orações infinitivas para expressar a indeterminação. Assim, temos (exemplo de Galves, 1987:35):

- (48) a. Nos nossos dias, não — usa mais saia (NURC)
 b. O João é difícil de se — convencer

Em ambas orações o sujeito não é determinado. Temos, assim, na posição sujeito vazia, *pro* arbitrário, dada a possibilidade de preenchimento do sujeito:

- (49) a. Nos nossos dias, a mulher não usa mais saia

- b. O João é difícil de o Carlos convencer

No PB encontramos PRO arbitrário em alguns contextos:

- (50) a. Como PRO_{arb} resolver este problema?
 b. Maria se pergunta como PRO_{arb} enriquecer neste país

Nas orações interrogativas diretas e indiretas PRO pode ter uma referência arbitrária (ou NOC, nos termos de Williams (1980)), referindo-se a ‘qualquer’ pessoa. Em tais orações, a posição sujeito não pode ser ocupada por um DP lexical:

- (51) a. * Como Tiago resolver este problema?
 b. * Maria se pergunta como Paulo vencer neste país

Em (51), não é possível termos um DP lexical porque não há disponibilidade de INFL [+Agr] para tal posição.

Assim, percebemos que PRO arbitrário existe no PB. Todavia, argumentamos que ele é controlado, assim como OC PRO. Em SS, não é preciso que o seu controlador seja explícito; todavia, em LF ele o é. Vejamos:

- (52) Como PRO_{arb} resolver este problema?

Em (52), não há um controlador possível para PRO. No entanto, ele é controlado. Epstein (1984) assume que em LF PRO é controlado por *pro*, sendo este um quantificador universal (o inglês não é uma língua pro-drop). Assim, em LF, PRO é representado como uma variável ligada a este quantificador.

Para a oração (52) temos então, a representação (53), em LF:

- (53) [_{XP} $\forall x_2$ [_{CP} como [_{ImpP} x_2 [_{VP} resolver este problema]]]]

Assim, $\forall x_2$, que é *pro*, ocupa XP, sendo o controlador de PRO_{arb} , que está em [Spec, ImpP].

3.9 Resumo

Neste capítulo, observamos que no PB PRO ocorre em posição sujeito de orações que apresentam traços de impessoalidade, que ele se move em sintaxe visível, recebe Caso e é regido. Além disso, constatamos que, quando PRO ocorre na posição sujeito de oração infinitiva, ele sempre é controlado pelo sujeito; mas quando ele ocorre na posição sujeito de oração gerundiva ou SC pode ser controlado pelo sujeito ou pelo objeto. Vejamos em oração gerundiva:

(i) Maria_i saiu PRO_i cantando

(ii) Maria encontrou José_i PRO_i descansando

Postulamos também que no PB PRO nasce na posição sujeito da oração, mas vai para uma posição mais alta – [Spec, ImpP]. Neste caso, temos um CP que introduz a oração impessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou, com base na Teoria Gerativa, analisar a *ec* PRO. No primeiro capítulo, procuramos observar em que contextos é possível termos a *ec* PRO no PB. Constatamos que PRO ocorre em posição sujeito de orações infinitivas impessoais, orações relativas, orações interrogativas, algumas orações gerundivas e SC adjunto. Na posição sujeito destas orações não podemos ter um DP lexical, ficando como única alternativa PRO. Observamos também que no PB temos as orações infinitivas pessoais, que permitem um sujeito lexical ou morfema flexional. Na posição sujeito destas orações temos a *ec pro*. *Pro* ocorre nos contextos em que há concordância.

No segundo capítulo, observamos, segundo a GB clássica, que PRO está em posições não regidas e não recebe Caso. Chomsky e Lasnik (1995) argumentam que PRO recebe Caso, mas um Caso nulo. Este Caso possibilita a atribuição de papel temático em LF para PRO (Condição de Visibilidade). Entretanto, seguindo análises mais recentes, como a de Sigurdsson (1991), consideramos que PRO é regido e que se movimenta para receber/checar o Caso. O Caso, por sua vez, é o nominativo.

Concluimos, no último capítulo, que PRO é uma *ec* que ocupa a posição sujeito de orações que projetam a categoria ImpP. Nesta categoria não há a presença de concordância verbal; existem nela traços de impessoalidade, ficando PRO como única alternativa (ele é um elemento que apresenta a impessoalidade). Nos contextos que temos [+Agr], a posição sujeito é ocupada por um DP lexical ou por um *pro*. Além disso, verificamos que PRO, no PB, sempre é controlado, seja em SS (OC PRO) ou em LF (NOC). Destacamos também que PRO é controlado pela posição sujeito da oração matriz, se for sujeito de uma oração infinitiva impessoal. Porém, quando é sujeito de oração gerundiva ou SC pode ser controlado pelo sujeito ou pelo objeto.

Por fim, postulamos que PRO arbitrário, no sentido de ser não-controlado, ocorre em posições muito específicas. Todavia, postulamos que embora não seja controlado

visivelmente em SS, por não ter um controlador explícito, o é em LF, pelo quantificador universal *pro*, seguindo Epstein (1984).

Finalizamos concluindo que o estudo sobre a *ec* PRO pode ser aprofundado, uma vez que muitas questões sobre o assunto ainda não têm respostas, principalmente dentro do Programa Minimalista. Por isso, propomo-nos a dar continuidade a ele futuramente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTIN, M. (1995) "Floating Quantifiers, PRO, and Predication". **Linguistic Inquiry**, Vol. 26, nº 2. 199-248.

BELLETTI, A. (1988) "The Case of Unaccusative". **Linguistic Inquiry**, Vol. 19, nº 1. 1-34.

BOBALJIK, J. & CARNIE, A. "A Minimalist Approach to Some Problems of Irish Word Order". (mimeo). Cambridge: MIT. 1-18.

BORER, H (1989) "Anaphoric AGR". Jaeggli, O. & Safir, K. (eds). **The Null subject Parameter**. Kluwer Academic Publishers. 69-109.

BOTELHO FERREIRA, M. & RONCARATI, C. (1993) "O Caso do Sujeito em Orações Infinitivas introduzidas por 'para' no Português do Rio". **Delta**, vol. 9, nº 1, 15-30.

BURZIO, L. (1994) "Case Uniformity". (mimeo)

CARDINALLETTI, A. (1997) "Agreement and Control in Expletive Constructions". **Linguistic Inquiry**. Vol. 28, nº 3.

CHOMSKY, N (1981) **Lectures on Governemnt and Binding Theory**. Foris: Dordrecht.

CHOMSKY, N (1982) **Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding**. Cambridge, Mass.: MIT Press.

CHOMSKY, N (1986) **Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use**. New York: Praeger.

CHOMSKY, N (1995) **The Minimalist Program**. Cambridge: MIT.

CHOMSKY, N & LASNIK, H.(1995) "The Theory of Principles and Parameters". **The Minimalist Program**. Cambridge: MIT. 13-127 [1991].

EPSTEIN, S. (1984) "Quantifier-PRO and the LF Representation of PRO_{ARB}". **Linguistic Inquiry**, Vol. 15, nº 3, 499-505.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. (1996) **A Posição Sujeito no Português Brasileiro: Frases Finitas e Infinitivas**. São Paulo: Editora da UNICAMP.

GALVES, C. (1987) "A Sintaxe do Português Brasileiro". **Ensaio de Lingüística: Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura**, nº 13. Ed. UFMG: Belo Horizonte, 31-50.

HAEGEMAN, L. (1991) **Introduction to Government and Binding Theory**. 2 ed. Cambridge: Blackwell.

HORNSTEIN, N. (1998) "Movement and Control".
<http://www.inform.umd.edu/Ling/Minimalism99>

IWAKURA, K. (1985) "The Binding Theory and PRO". **Linguistic Analysis**. V. 15, nº 1. 29-55.

IWAKURA, K. (1990) "The Binding Theory and PRO". **Linguistic Analysis**. V. 20, nº 3,4.

KAYNE, R. (1991) "Romance Clitics, Verb Movement, and PRO". **Linguistic Inquiry**, Vol. 22. 103-139.

KOSTER, J. (1984) "On Binding and Control". **Linguistic Inquiry**, Vol. 15, nº 3, 417-459.

LARSON, R. (1991) "Promise and the Theory of Control". **Linguistic Inquiry**. Vol 22, nº 1. 103-139.

LASNIK, H. (1992) "Case and Expletives: Notes toward a Parametric Account". **Linguistic Inquiry**, Vol. 23, nº 3, 381-405.

LASNIK, H. & URIAGEREKA, J. (1988) **A Course in GB Syntax: Lectures on Binding and Empty Categories**. Cambridge: Massachusetts.

LOBATO, M. L. (1986) **Sintaxe Gerativa do Português: da Teoria Padrão à Teoria da Regência e Ligação**. Belo Horizonte: Vigília.

LUZ, G. (1993) **O Infinitivo Pessoal: uma Análise do Português contemporâneo**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP:SP

MANZINI, R. (1983) "On Control and Control Theory". **Linguistic Inquiry** 14, 421-446.

MANZINI, R. (1991) "Frase subordinate all'infinito". **Grande Grammatica Italiana di Consultazione** (Org. Lorenzo Renzi e Giampaolo Salvi). Vol. 2. Il Mulino, 483-569.

MARANTZ, A. (1995) "The Minimalist Program". WEBERHUTH, G. (ed). **Government and Binding Theory and the Minimalist Program**. Blackwell, Oxford e Cambridge. 351-381.

MARTIN, R. A. (1996) **A Minimalist Theory of PRO and Control**. Dissertação de Doutorado. University of Connecticut.

MATEUS, M. H. et alli. (1989) **Gramática da Língua Portuguesa**. 3ª ed. Lisboa: Editora Caminho, 264-330.

MAURER, T. H. (1968) **O Infinitivo Flexionado Português**. São Paulo: Editora Nacional.

PERINI, M. (1977) **Gramática do Infinitivo português**. Petrópolis: Vozes.

POLLOCK, J. (1989) "Verb Movement, Universal Grammar, and the Structure of IP". **Linguistic Inquiry**, Vol. 20, nº 3, 365-424.

RAPOSO, E. (1987) "Case Theory and Infl-to-Comp: The inflected Infinitive in European Portuguese". **Linguistic Inquiry**, Vol. 18, 85-109.

RAPOSO, E. (1989) "Prepositional Infinitival Constructions in European Portuguese". Jaeggli, O. & Safir, K. (eds). **The Null Subject Parameter**. Kluwer Academic Publishers. 277-305.

RAPOSO, E. (1992) **Teoria da Gramática: A Faculdade da Linguagem**. Lisboa: Editorial Caminho.

RAPOSO, E. & URIAGEREKA, J. (1990) "Long-Distance Case Assignment". **Linguistic Inquiry**, Vol. 21, nº 4, 505-537.

RIEMSDIJK, H van & WILLIAMS, E. (1986) **Introduction to the Theory of Grammar**. Cambridge: MIT Press.

RIZZI, L. (1997) "The Fine Structure of the Left Periphery". **Elements of Grammar**. Kluwer Academic Publishers. 281-337.

ROUVERET, A. (1987) **La Nouvelle Syntaxe: Concepts et Conséquences de la Théorie du Gouvernement et du Liage**. Paris: Edition du Seuil.

SIGURDSSON, H. (1991) "Iceland Case-Marked PRO, and the Licensing of Lexical Arguments". **Natural Language and Linguistic Theory**, Vol. 9. 327-363.

SILVEIRA, J. SIMÕES, L. ABREU, S. COLLISHONN, G. & LIMA, D. (1994) "O Infinitivo Flexionado em Português: Um Reestudo de Raposo (87)". **Letras de Hoje**, nº 96, PUC-RS. 135-146.

SOUZA, L. R. (1998) **A Teoria do Controle: o Estudo do Controle em Estruturas de Objeto Duplo do Português Brasileiro**. Dissertação de Mestrado. UNESP - Araraquara.

STOWEL, T. (1982) "On Tense of Infinitives". **Linguistic Inquiry**, Vol. 13, 561-570.

STOWELL, T. (1995) "Remarks on Clause Structure". **Small Clause**. Vol. 28. Ed. Cardinaletti, A. & Guasti, M. T. Academic Press

WILLIAMS, E. (1980) "Predication". **Linguistic Inquiry**, Vol. 11, 203-238.